

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS**

SIDARTA DA SILVA MARTINS

**ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL:
um estudo exploratório dos arranjos do setor têxtil**

**PIRACICABA
2008**

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS**

SIDARTA DA SILVA MARTINS

**ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL:
um estudo exploratório dos arranjos do setor têxtil**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Metodista de Piracicaba, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração.

Campo de Conhecimento:
Marketing, Estratégia e Operações

Orientador:
Prof. Dr. Mateus Canniatti Ponchio

**PIRACICABA
2008**

Martins, Sidarta da Silva.

Arranjos Produtivos Locais no Brasil: um estudo exploratório dos arranjos do setor têxtil / Sidarta da Silva Martins. 2008. 85 f.

Orientador: Mateus Canniatti Ponchio.

Dissertação (mestrado) – Faculdade de Gestão e Negócios – Universidade Metodista de Piracicaba

1. Arranjos Produtivos Locais. 2. Pequenas e Médias Empresas. 3. Setor Têxtil. I. Ponchio, Mateus Canniatti. II. Dissertação (mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba. III. Título.

SIDARTA DA SILVA MARTINS

**ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL:
um estudo exploratório dos arranjos do setor têxtil**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Metodista de Piracicaba, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração.

Campo de Conhecimento:
Marketing, Estratégia e Operações

Data da Aprovação:

____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Mateus Canniatti Ponchio (orientador)
Universidade Metodista de Piracicaba

Prof. Dr. Mário Sacomano Neto
Universidade Metodista de Piracicaba

Prof. Dr. Osvaldo Elias Farah
Centro Universitário Nove de Julho

Para meus pais, Francisco e Sebastiana Martins.

Para os meus filhos Evandro, André e Renato.

Para minhas noras Daniela e Tatiana.

Para minhas netas Júlia e Beatriz.

Com o mais terno amor.

AGRADECIMENTOS

Em meio a tantas lembranças que agora tomam conta de minha alma, que trazem à minha mente tantos momentos, pessoas e instituições que participaram comigo desta jornada, gostaria de agradecer, em especial:

Ao meu Orientador, o Professor Mateus Canniatti Ponchio, por ter tido tanto afeto para comigo, tanta dedicação e paciência, e por ter me recordado sobre outros valores da vida. A realização deste trabalho não teria sido possível sem sua ajuda.

À Professora Nádia Kassouf Pizzinatto e ao Professor Osvaldo Elias Farah pelas primeiras orientações na elaboração dos artigos científicos e início deste trabalho, pelo apoio e gentil amizade nos últimos três anos.

Ao Professor Mário Sacomano Neto por ter me apresentado aos APL's brasileiros, por ter lançado o desafio para a realização deste trabalho, e pela gentil amizade para comigo.

Ao Professor Antonio Carlos Giuliani pelo apoio, orientação e dedicação profunda ao Curso de Mestrado Profissional da UNIMEP, garantindo a todos nós uma formação de alto nível e reconhecimento profissional.

À Secretaria dos Cursos de Pós-Graduação da UNIMEP, em especial à Senhora Dulce por ter me apoiado e orientado no momento certo.

À UNIMEP por ter me acolhido e dado condições para que eu pudesse desenvolver este trabalho dentro do mais alto nível ético e científico.

Aos meus irmãos Alfredo, Luiz, Cirilo, Balbina, Alcione, Libânia e Francisco, por terem me proporcionado o afeto necessário para que eu pudesse chegar até aqui. Deus os recompense.

À Tânia Regina, pela presença constante na educação de nossos filhos, Evandro, André e Renato.

“Quando o apito da fábrica de tecidos,
vem ferir os meus ouvidos,
eu me lembro de você.”

Noel Rosa

RESUMO

Arranjos Produtivos Locais (APL's) são concentrações setoriais de empresas e instituições que se inter-relacionam em um território delimitado geograficamente, envolvendo especialização em determinados setores, que podem ser industriais ou voltados para certos produtos ou profissões. Esses arranjos estão sempre apoiados em uma rede extensa de relacionamentos. A ênfase dessas concentrações está no fato de que as pequenas e médias empresas são as grandes responsáveis pela produção e geração de empregos. Este trabalho tem como objetivo levantar informações sobre os APL's brasileiros. Em primeiro lugar, levantar os APL's existentes no país e identificar aqueles voltados para a indústria têxtil e de confecções, e, em segundo lugar, levantar informações sobre a participação de entidades públicas e privadas no desenvolvimento dos APL's brasileiros, com destaque àqueles voltados para a indústria têxtil. O trabalho é desenvolvido a partir de dados secundários. As investigações foram feitas junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, além de outras instituições públicas e privadas, envolvidas com os APL's, como, por exemplo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e a Confederação Nacional das Indústrias - CNI. Após os levantamentos, verificou-se que os APL's estão tendo um desenvolvimento acentuado em nosso país. O número de APL's brasileiros avançou de 472, em 2004, para 957, em 2007 (aumento de 102% no período). Os APL's voltados para a área têxtil estão presentes em, praticamente, todo o território nacional, em 21 estados brasileiros. No total, são 69 arranjos voltados para esta atividade, sendo que todos estão recebendo apoio de alguma instituição participante do Grupo de Trabalho Permanente para os Arranjos Produtivos Locais, o GTP APL, criado com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento dos APL's, em todo o território nacional.

Palavras-Chave: Arranjos Produtivos Locais, Pequenas e Médias Empresas, Setor Têxtil.

ABSTRACT

Local Productive Arrangements (LPA'S) are sectorial concentrations of companies and institutions that are related to each other in a geographical territory, specialized in certain sector or activities that can be industrial or linked to special products or professions. Those Arrangements benefit from an extended network of relationships. The main point in those concentrations of companies is that the small and medium sized enterprises are the main responsible for production and for the creation of new work places. The present work has the following goals: discuss the history of Brazilian LPA's, search for information about the quantity of LPA's that exists in Brazil, and about textile LPA's; search information about the support that public and private institutions are giving to the development of Brazilian LPA's, mainly those that are from the textile sector. The work was developed from existing databases. The research was conducted from MDIC files, and other public or private institutions like SEBRAE and CNI. It was found that the LPA's are experimenting a considerable development in Brazil. There were 472 LPA's in this country in 2004. In 2007, the number rose to 957, a 102% increase in the period. The LPA's from textile sector are nearly all over the country, in 21 States. They are 70 and all of them get support from GTP APL, a group of entities created by the Brazilian Government for that kind of arrangements.

Key Words: Local Productive Arrangements, Small and Medium Sized Enterprises; Textile Companies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - As três Itálias	31
Figura 2 - Sistema local de produção de Emilia-Romagna	35
Figura 3 - A função patrimônio, do capital social, na esfera econômica	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto (PIB) de Emília-Romagna comparado ao PIB da Itália em 1985	36
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definições e nomenclaturas para os APL's no Brasil	21
Quadro 2 - Atributos importantes para o desenvolvimento da competição nacional.....	22
Quadro 3 - Razões para origem de indústrias localizadas	25
Quadro 4 - Participação dos países industrializados na produção mundial	28
Quadro 5 - As três regiões italianas conhecidas como Primeira, Segunda e Terceira Itália	30
Quadro 6 - Exemplos de arranjos produtivos na Terceira Itália	32
Quadro 7 - Diferenças entre os modelos de especialização flexível e fordista/taylorista...	33
Quadro 8 - Pontos de identificação de um arranjo produtivo local	34
Quadro 9 - Fatores positivos na especialização flexível em Emília-Romagna	37
Quadro 10 - Produtos fabricados nos arranjos produtivos de Emília-Romagna	38
Quadro 11 - As funções do capital social	40
Quadro 12 - Dimensões do capital social em uma comunidade	40
Quadro 13 - Desenvolvimento das pequenas e médias empresas no período 1996-2002, no Brasil	43
Quadro 14 - Pontos principais do Projeto FIESP para os APL's paulistas	56
Quadro 15 - Características dos agrupamentos (clusters) de pequenas e médias empresas .	57
Quadro 16 - APL's Brasileiros	58
Quadro 17 - Distribuição dos APL's Brasileiros	60
Quadro 18 - Relação das entidades participantes do GTP APL	62
Quadro 19 - Ações desenvolvidas junto aos APL's brasileiros por componentes do GTP APL	64
Quadro 20 - Dimensão de um APL	67
Quadro 21 - Dados sobre a cadeia têxtil brasileira	69
Quadro 22 - Números da cadeia têxtil	70
Quadro 23 - Distribuição dos APL's têxteis por região brasileira	71
Quadro 24 - APL's têxteis por estado e por região	72
Quadro 25 - Instituições que apóiam os APL's têxteis	74
Quadro 26 - Estrutura do PEIEx	76

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABIT** – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
- APL** – Arranjo Produtivo Local
- BB** – Banco do Brasil
- BNDS** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CEBRAE** – Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa
- CNI** – Confederação Nacional das Indústrias
- CTC** - Cadeia Têxtil e de Confecções
- CTB** – Cadeia Têxtil Brasileira
- EURODITE** – Regional Trajectories to the Knowledge Economy
- FIESP** – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- GTP APL** – Grupo de Trabalho Permanente para os Arranjos Produtivos Locais
- GREMI** – Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs
- IE/UFRJ** – Instituto de Economia/Universidade Federal do Rio de Janeiro
- ILO** – International Institute for Labour Studies
- IPEA** – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
- IRER** – Institut de Recherches Économiques et Regionales
- MDIC** – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- MPME** – Micros, Pequenas e Médias Empresas
- OCDE** – Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômico
- OECD** – Organização para o Desenvolvimento Econômico e Cooperativo
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PME** – Pequenas e Médias Empresas
- REDESIST** – Rede de Pesquisa em Sistemas de Arranjos Produtivos e Inovativos Locais
- SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SGF** – Sociedade Geral de Financiamentos
- UNICAMP** – Universidade Estadual de Campinas
- UNIMEP** – Universidade Metodista de Piracicaba
- UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- USP** – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Objetivos do Estudo	16
1.2	Justificativa	17
1.3	Metodologia	18
1.4	Estrutura deste Trabalho	18
2	ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	20
2.1	Origens dos APL's	20
2.2	A Indústria Localizada na Teoria Econômica de Alfred Marshall	23
2.2.1	Importância da aprendizagem industrial	24
2.2.2	Transferência de conhecimento.....	24
2.2.3	Razões para a localização das indústrias.....	25
2.3	Os Arranjos Produtivos Locais como Alternativa ao Fordismo/Taylorismo	26
2.3.1	A transição para o pós-fordismo e o surgimento dos arranjos produtivos	28
2.4	A Terceira Itália e os Arranjos Produtivos Locais	30
2.5	Os Arranjos Produtivos e a Especialização Flexível	32
2.5.1	A estrutura de um arranjo produtivo local	34
2.5.2	Especialização flexível na região de Emília-Romagna	36
2.6	Economias Externas e Economias Internas nos Arranjos Produtivos Locais	38
2.7	O Capital Social em um APL	39
3	MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	42
3.1	Características das Micro, Pequenas e Médias Empresas.....	42
3.2	As Micro, Pequenas e Médias Empresas no Brasil.....	43
3.3	Dificuldades Enfrentadas pelas Micro, Pequenas e Médias Empresas Brasileiras.....	45
3.4	Ressurgimento da Pequena Empresa no Mundo	47
3.4.1	O exemplo do Quebec no desenvolvimento das pequenas e médias empresas.....	47
4	METODOLOGIA	50
4.1	Metodologia Aplicada	50
4.2	A Coleta de Dados para esta Pesquisa.....	52

4.2.1	Levantamento de informações junto à literatura existente.....	52
4.2.2	Tratamento dos dados disponíveis	53
5	CARACTERIZAÇÃO DOS APL's NO BRASIL	55
5.1	A Experiência Brasileira com os Arranjos Produtivos Locais.....	55
5.1.1	Distribuição territorial dos APL's no Brasil por ramo de atividade.....	57
5.1.2	Grupo de apoio aos APL's brasileiros	61
5.1.3	Políticas públicas dirigidas aos APL's	65
5.1.4	Arranjos produtivos prioritários	66
5.2	Os APL's Têxteis no Brasil.....	67
5.2.1	A cadeia têxtil brasileira.....	67
5.2.2	Localização dos APL's do setor têxtil no Brasil	71
5.2.3	Projeto extensão industrial exportadora	75
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
6.1	Quantidade de Arranjos Produtivos Brasileiros	77
6.1.1	Número de cidades envolvidas com os APL's	78
6.2	Sugestões para Estudos Futuros	79
	REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a exemplo de outras nações, tais como Estados Unidos, Itália, Suíça, Inglaterra e França (PYKE, 1990), pequenas e médias empresas têm sido objeto de atenção, nas últimas décadas, por serem geradoras de empregos e recursos, além de promotoras do desenvolvimento econômico e social. Esta preocupação se intensificou no mundo todo a partir da década de 1970 (FARAH, 1985; BOSCHMA, 1988; BRUSCO, 1990; PIORE, 1990; PYKE, 1990; SCHMITZ, 1990; SABEL, 1992; COSSENTINO, 1996; CREVOISIER, 2005).

Este assunto tem gerado interesse por parte de diversas instituições brasileiras, públicas e privadas, responsáveis pela elaboração de políticas voltadas ao crescimento nacional, tais como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil (BB), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIC), a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e outros que, então, uniram-se na busca de soluções para diminuir a carga tributária deste tipo de empresas, promover linhas de crédito especiais, promover treinamento e criar condições para recepção de matéria-prima e para escoamento de produtos, entre outras tantas idéias que têm surgido no decorrer desta discussão (GTP APL, 2006).

A partir de 1987, o ILO – *International Institute for Labor Studies* [Instituto Internacional para Estudos sobre o Trabalho], localizado em Genebra, na Suíça, iniciou pesquisas dentro do programa denominado “*New Industrial Organization*” [Nova Organização Industrial], tendo como foco a cooperação inter firmas e os distritos industriais, batizados no Brasil como Arranjos Produtivos Locais (APL’s), nome que é usado ao longo deste trabalho. A partir de então, um grande número de pesquisadores de várias partes do mundo, passou a dar assistência àquele instituto, participando dos seminários e conferências e escrevendo artigos sobre o assunto (ILO, 1990).

Segundo Vasconcelos, Goldszmidt e Ferreira (2005), APL’s são concentrações espaciais e setoriais de empresas, instituições e governos em torno de um eixo produtivo comum e esses arranjos ganharam posição de destaque na pauta de debate de empresários e governantes brasileiros. Para os autores, o ressurgimento do interesse pela pequena e média empresa traz esperança de que os APL’s possam contribuir para a competitividade e para o desenvolvimento do país.

O desenvolvimento de uma determinada região, com foco em um produto específico, já havia chamado a atenção de Alfred Marshall, na Grã-Bretanha, no final do

século XIX, quando observou que grupos de pequenas empresas, com conotação de aglomerados, eram mais competitivas quando comparadas a empresas de fora dessas aglomerações. Marshall deu a esses aglomerados o nome de distritos industriais, no Brasil conhecidos como APL's (VASCONCELOS, GOLDSZMIDT; FERREIRA, 2005)

Para Pyke e Sengenberger (1992), o principal ímpeto que gerou grande interesse sobre o modelo dos distritos industriais, após a década de 1970, veio da Itália, dando uma nova e dinâmica abordagem em relação ao desenvolvimento econômico regional. Consideram os autores que existem claros princípios de organização da experiência italiana que poderiam, com grande proveito, ser usados em outros contextos e em outros países.

Rattner (apud FARAH, 1985), fala sobre a importância das pequenas e médias empresas no desenvolvimento nacional, ao capacitar e treinar mão-de-obra, criar novos talentos para a atividade empresarial e funcionar como canalizadoras de inovações, justificando, assim, a importância de haver maior interesse por parte das agências governamentais, ligadas a este assunto.

Considerando-se o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, inseridas em APL's, e a importância que este assunto ganhou no Brasil a partir da década de 1990, várias entidades públicas e privadas, além de instituições educacionais e de pesquisa, mostraram-se interessadas em conhecer a dinâmica dos APL's e a sua relevância no sentido do desenvolvimento nacional, principalmente no que diz respeito à melhoria das condições sociais do diversos atores envolvidos diretamente com esses arranjos produtivos (VASCONCELOS; GOLDSZMIDT; FERREIRA, 2005).

Neste sentido, este trabalho irá analisar a participação efetiva de entidades públicas e privadas no desenvolvimento dos APL's brasileiros, tendo como foco principal aqueles voltados para a área têxtil.

1.1 Objetivos do Estudo

Apesar do esforço de várias instituições públicas e privadas para tornar os APL's conhecidos, parece que há, ainda, uma dicotomia entre o que se quer fazer e o que pode ser feito realmente, talvez por falta de conhecimento das dinâmicas de desenvolvimento social e gerencial associadas à prosperidade dos APL's.

Assim, este trabalho tem como objetivos gerais:

- a) levantar os APL's existentes no país e identificar aqueles voltados para a indústria têxtil e de confecções;
- b) levantar informações sobre a participação das entidades públicas e privadas no desenvolvimento dos APL's brasileiros, com destaque àqueles voltados para a indústria têxtil.

E como objetivos específicos, verificar:

- a) A existência de concentração da produção têxtil em determinadas regiões;
- b) Os tipos de apoio que estão sendo dados às empresas participantes dos arranjos voltados à indústria têxtil e de confecções.

1.2 Justificativa

De acordo com o Grupo de Trabalho Permanente para os Arranjos Produtivos Locais - GTP APL (2006), a presença de um considerável número de empresas, em sua maioria de pequeno e médio porte, em um mesmo espaço geográfico, constituindo-se em um complexo produtivo e, submetendo-se às regras, sanções sociais e mudanças tecnológicas envolvendo as mais diferentes partes do processo de produção, caracteriza uma estrutura produtiva, denominada no Brasil de Arranjos Produtivos Locais (APL's).

O ILO patrocinou um programa de pesquisas sobre os distritos industriais, dentro de uma visão internacional ampla, no contexto do desenvolvimento econômico local e, particularmente, da regeneração econômica local, já que os distritos industriais são emblemáticos de uma profunda reestruturação industrial, desde os anos 1970 (ILO, 1990).

Muitos dos distritos industriais italianos tiveram um sucesso econômico não usual, não somente no mercado interno italiano, mas também no mercado internacional. Comparados com outras formas de organização das pequenas empresas, mostraram a capacidade de oferecer bons salários, e condições sociais satisfatórias (SEBRAE, 2003; SAVONA; SCHIATARELLA, 2004).

O SEBRAE, um órgão nacional de apoio e assistência ao pequeno e médio empresário, passou a investir na idéia dos arranjos produtivos no Brasil, em um projeto denominado Promos/Sebrae que contemplou com apoio técnico quatro APL's, em regiões

distintas do país, quais sejam, Campina Grande (PB), Tobias Barreto (SE), Nova Friburgo (RJ) e Paragominas (PA), espelhando-se na experiência de outros países, com destaque para a Itália, principalmente no processo de desenvolvimento batizado de Terceira Itália, que ocorreu no nordeste e na área central daquele país, a partir de 1950, quando as PME's passaram a ter um grande desenvolvimento e a proporcionar melhorias de condição de vida à população, inclusive alçando o nome da Itália ao comércio exterior com os produtos "Made in Italy" [Feito na Itália] (SEBRAE, 2003).

A principal justificativa para este trabalho está no fato de que contribui com a ampliação do conhecimento sobre o assunto APL's, destacando-se os seguintes pontos:

- a) desenvolvimento dos APL's no Brasil, trazendo à luz fatos novos que possam abrir caminhos para futuras pesquisas;
- b) ações que poderão ser realizadas no país no sentido de dar suporte a este tipo de iniciativa, tanto por parte de entidades públicas como privadas;
- c) compreensão sobre a distribuição da produção têxtil em nosso país, no que se refere às micro, pequenas e médias empresas participantes dos APL's.

1.3 Metodologia

Para atingir os objetivos propostos, utilizou-se da pesquisa descritiva e exploratória. Levantaram-se dados secundários junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ao SEBRAE e à Confederação Nacional da Indústria.

Os procedimentos metodológicos são detalhados no capítulo 4.

1.4 Estrutura deste Trabalho

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, fala-se da idéia do trabalho e das razões pelas quais ele está sendo desenvolvido; no capítulo dois é feita uma descrição mais detalhada sobre a história dos APL's, sobre suas origens e sobre seu desenvolvimento; no capítulo três, discorre-se sobre as micro, pequenas e médias empresas, e sua importância para o desenvolvimento de uma nação; no capítulo quatro, descreve-se a metodologia que guiou a busca dos objetivos propostos; o capítulo cinco, contempla o desenvolvimento dos APL's no Brasil, as atividades desenvolvidas nesses arranjos, sua localização e a concentração de certas atividades em determinadas regiões brasileiras. Na

seqüência são apresentados os APL's têxteis no país e de sua distribuição no território nacional, abordando-se o apoio que estão recebendo no sentido de promoção de seu desenvolvimento. Por fim, o capítulo seis, apresenta as considerações finais e recomendações para estudos futuros.

2 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

O objetivo deste capítulo é trazer informações sobre os APL's. Em seus sete itens são abordados os seguintes pontos: Suas origens, com destaque para a Terceira Itália, definições e nomenclatura no Brasil; a visão de Alfred Marshall (1982) sobre a indústria localizada; os APL's como alternativa ao fordismo/taylorismo; os APL's italianos; a especialização flexível; as economias internas e externas aos arranjos e, finalmente, o capital social dentro de um APL.

2.1 Origens dos APL's

Para a Redesist (2005) sempre existirá um arranjo produtivo onde houver a produção de qualquer bem ou serviço, pois sempre existirão atores envolvidos, em maior ou menor grau, com o fornecimento de matéria prima, mão de obra, transporte e máquinas, necessários à produção daquele bem ou serviço.

As origens de um arranjo estão associadas à base cultural histórica de uma comunidade, no que diz respeito ao seu vínculo territorial, tanto local como regionalmente (REDESIST, 2005).

No final da década de 1970 houve um maior interesse pelos arranjos produtivos, especialmente em relação a um fenômeno denominado de Terceira Itália, que levou empresas, em sua maioria de pequeno e médio porte, organizadas em um mesmo espaço geográfico, com característica de aglomerado, a obterem um desempenho maior e uma melhor performance no mercado internacional, quando comparadas às demais empresas italianas (VASCONCELOS, GOLDSZMIDT; FERREIRA, 2005).

Para Machado (2003) pode-se creditar a origem dos APL's à existência de um novo paradigma criado pela associação de inovações profundas em um processo produtivo, ligadas às condições existentes em uma determinada localidade, como oferta de mão de obra, de insumos, de capacitação profissional e presença de capital social.

No Brasil, o nome que ficou oficialmente conhecido para designar os aglomerados constituídos em arranjos produtivos, foi arranjo produtivo local, ou APL, muito embora vários autores se baseiem em uma variedade de nomes para a identificação desses arranjos.

Pode-se observar no Quadro 1 alguns exemplos de definições encontradas na literatura própria, no Brasil.

Autor/Instituição	Definições e nomenclaturas para os APL's no Brasil
CNI (1998)	A Confederação Nacional das Indústrias (1998) refere-se ao fenômeno como Agrupamentos e como Agrupamentos Avançados (que pode ser chamado de Distrito Industrial Articulado ou Novo Distrito Industrial). Para aquela confederação, nos agrupamentos avançados haveria uma maior interação entre os agentes.
Garcia (2004)	Garcia (2004), faz referência aos Sistemas Locais de Produção – SLP's, por entender que é a melhor definição para descrever subsistemas como produção e logística, entre outros, que se relacionam de uma forma constante, tanto geográfica, como econômica e institucionalmente.
Santos (2002)	Baseando-se na Redesist dá ao aglomerados locais o nome de ASPL – Arranjos de Sistemas Produtivos Locais.
SEBRAE (2003)	Aglomerados de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e entre os outros atores locais.
Noronha e Turchi (2005)	É uma tradução de “ <i>cluster</i> ”, considerando-se que os APLs apresentam especialidade de produção e delimitação espacial. O uso do termo APL tem uma razão de ser, já que se tornou uma marca que é considerada pelo governo brasileiro para o acesso às políticas públicas de desenvolvimento.
REDESIST (2005)	Para a Redesist o termo APL não retrata o que ocorre no local dos aglomerados e propõe o uso do termo SPIL (Sistema Produtivo e Inovativo Local), que se estende para ASPIL, para acrescentar a palavra Arranjo.

Quadro 1: Definições e nomenclaturas para os APL's no Brasil.

Fontes: Adaptado de CNI (1998, p. 7), Santos (2002, p. 6), SEBRAE (2003, p. 12), Garcia (2004, p. 5), Noronha e Turchi (2005, p. 8), REDESIST (2005, p. 5).

O termo arranjo produtivo local remete a vários estudos de autores preocupados com o desenvolvimento das PME's, em uma determinada região geográfica, em uma determinada época histórica. Estudos e pesquisas que vão desde a relação dos atores locais entre si, das inter-relações desses atores com a governança local, até a interação com outras regiões, dentro de um estado ou país, ou em termos mundiais. (MARSHALL, 1982; FARAH, 1985; LAROCHE, 1988; CAPECCHI, 1990; PYKE, 1990; BOSCHMA, 1999; MACHADO, 2003; GALEANO, 2005).

Pequenas e médias empresas demonstraram ser promotoras de desenvolvimento industrial e econômico, ao apresentarem uma brilhante performance nas últimas décadas, na região central e no nordeste da Itália, e em outras regiões da Europa. Este fenômeno chamou a atenção de governos nacionais e de responsáveis pelo desenvolvimento das políticas econômicas, tanto em países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento. As pequenas empresas se tornaram os principais objetivos das políticas focadas em promover crescimento econômico e de emprego, nos países em desenvolvimento (CRISCUOLO, 1998).

Para Savona e Schiattarella (2004), é importante estudar este assunto tendo como foco a realocação internacional da produção, que olha para o sistema produtivo local como

um todo, não olhando, assim, apenas para as atividades de uma única corporação transnacional. Segundo os autores, este foco levará ao estudo dos efeitos da realocação internacional da produção na economia local e, especificamente, no crescimento da indústria e dos serviços.

Porter (1990), afirma que uma nação precisa de quatro atributos que irão preparar o ambiente para que se torne competitiva e consiga ter sucesso em um determinado setor industrial. Tais atributos são descritos no Quadro 2:

Atributos	Descrição
Infraestrutura	Alguns setores necessitam de infraestrutura e de pessoal especializado.
Condições de Demanda	As condições internas para consumo de produtos industriais são relevantes no processo de desenvolvimento.
Indústrias Relacionadas ou de Suporte	A existência de indústrias que participem da competição no mercado global, com qualidade, também é um fator relevante.
Estratégia, Estrutura e Rivalidade	Como são criadas, organizadas e administradas as empresas e como se comportam em relação à competição internamente, é também um ponto muito importante.

Quadro 2: Atributos importantes para o desenvolvimento da competição nacional.

Fonte: Adaptado de Porter (1990, p. 71).

Entretanto, em relação à empresa, à competição industrial, Porter (1990) considera que esses fatores podem ser agrupados em recursos humanos, recursos materiais, recursos de conhecimento, recursos de capital e recursos de infraestrutura, ressaltando, porém, que nenhuma nação pode ser competitiva em todos os campos.

A interferência de sindicatos, os baixos salários, os recursos naturais, ou a riqueza nacional, não são fatores relevantes neste processo. Podem ser citados exemplos da Alemanha, da Itália e do Reino Unido, em que o maior desenvolvimento atual foi observado em regiões com poucos recursos naturais, onde o melhor desempenho industrial e de serviços está associado ao fato de as empresas estarem em uma determinada região geográfica e interligadas em forma de arranjos produtivos (PORTER, 1990).

Nas décadas de 1970 e 1980, enquanto muitas economias, estavam enfrentando recessão e estagnação no mundo todo, afetando seriamente as condições de trabalho e condições sociais, como aumento de desemprego e insegurança, localidades como Oyonnax, na França; Jutland, na Dinamarca; Baden-Württemberg, na Alemanha; Småland, na Suécia; Barcelona, na Espanha; e áreas do Centro e do Nordeste da Itália, chamaram a atenção por serem constelações de economias localizadas, que estavam vencendo a recessão. Essas economias representavam uma variedade de indústrias incluindo não só setores avançados,

mas também setores mais tradicionais que requerem maior uso de mão-de-obra (PYKE ; SENGENBERGER, 1992).

2.2 A Indústria Localizada na Teoria Econômica de Alfred Marshall

Esta seção tem por objetivo verificar a visão de Marshall (1982) sobre o assunto APL's, por ele batizados de indústria localizada, já que se credita àquele autor (LEMOS, 2003; SEBRAE, 2003; CNI, 2005) a percepção e o início dos estudos sobre este fenômeno econômico-social, em que a reunião de indústrias do mesmo tipo, em um determinado espaço geográfico, pode proporcionar ganhos adicionais a todos os atores inseridos nessas localidades.

Marshall (1982) formulou em sua teoria econômica as bases para os estudos atuais sobre o tema APL's, quais sejam:

- a) organização – gerenciamento das diferentes formas de administração dos problemas comuns;
- b) inter-relação entre diversos organismos (sistemas) – interdependência entre os diversos setores do arranjo;
- c) subdivisão do trabalho – a realização das diferentes partes do trabalho realizado no arranjo, com vistas ao objetivo final;
- d) integração – reconhecimento da necessidade de um trabalho conjunto, com vistas a reduzir custos e melhorar a performance produtiva;
- e) hereditariedade – a transferência do conhecimento filosófico e tecnológico entre as diferentes gerações, proporcionando condições para o progresso contínuo;
- f) educação – a transferência de informações que propiciem condições aos diversos atores participantes do arranjo no sentido de que tenham condições de fazer a avaliação e incorporação de novos conhecimentos;
- g) relação entre as classes sociais e os processos industriais – incorporação, pela Sociedade, dos diferentes processos industriais;
- h) especialização e uniformidade de processos – troca de experiências que levam a uma uniformidade de objetivos dentro do arranjo;
- i) influência do comércio exterior no local – processo de inserção do arranjo no mercado global;
- j) desenvolvimento tecnológico – permite o desenvolvimento dos atores do arranjo no sentido da obtenção do conhecimento sobre as novas tecnologias;

- k) produção localizada – concentração de um número de empresas, produzindo um mesmo tipo de produto, em uma determinada região geográfica;
- l) origens dos APL's – visão histórica da evolução da formação dos diferentes arranjos;
- m) urbanismo – diferenciação entre as áreas residenciais dos trabalhadores na indústria, em comércio e em serviços, bem como a localização industrial dentro das regiões urbanas.

O ensino técnico já era visto por Marshall (1982) como um aspecto importante para o desenvolvimento tecnológico no interior dos APL's, facilitando a troca de experiências entre os diferentes atores dos arranjos.

2.2.1 Importância da aprendizagem industrial

Dentro de uma visão mais ampla, no que se refere à indústria localizada, Marshall (1982) coloca na base de sua análise a aprendizagem industrial, considerando-a como o resultado de um conjunto de valores hereditários que podem, ou não, ser herdados no local, ou seja, no espaço geográfico em que estão inseridas as empresas participantes do arranjo; ressalta que os dois tipos de educação, a técnica e a básica, precisam andar juntas.

Fazendo uma conexão entre educação e desenvolvimento humano, nos campos econômico e social, Vygotsky (1989) analisa a relação entre o comportamento humano e sua interação com o ambiente físico e social e mostra a evolução dos instrumentos de trabalho e sua influência na evolução humana, concluindo que os instrumentos do pensamento se transformam periodicamente, como acontece com relação aos instrumentos de trabalho que, por sua vez, dão origem a novas estruturas sociais.

No Brasil, a educação é vista como um entrave para o desenvolvimento, já que a mão de obra existente não está à altura das novas tecnologias que surgem (IEL, 2007).

2.2.2 Transferência de conhecimento

Marshall (1982), antecipando a visão do que se chama hoje de “*spill overs*” [transbordamento], ponto importante na manutenção e transferência de conhecimentos em um APL, observa que um operário de uma determinada localidade, especializado em um setor industrial, terá facilidade em adaptar-se a outro serviço, desde que ligado ao mesmo

ramo da indústria, sem prejuízo profissional. “Um homem, deixando uma subdivisão, pode passar para outra vizinha, sem grande perda de eficiência” (MARSHALL, 1982, p. 225).

Para a Redesist (2005), o aspecto principal da sociedade atual é que o conhecimento é um processo dinâmico, e a chave para o sucesso de qualquer organização está no aprendizado contínuo, ou seja, na renovação constante do conhecimento.

2.2.3 Razões para a localização das indústrias

No passado, quando uma família de nobres se transferia para outras localidades, atraía operários especializados, vindos de outras regiões, já que o grande contingente de pessoas, ligadas àquela família, exigia mercadorias de alta qualidade. Este fato, além de criar as bases para novas indústrias, educava os trabalhadores locais, estando aí um exemplo de início do que se convencionou chamar de indústria localizada (MARSHALL, 1982).

Referindo-se a indústrias de estilo primitivo, localizadas em vilas remotas da Europa Central, Marshall (1982) dá o exemplo de aldeias russas, formadas devido à expansão de um grupo familiar, que deram origem a várias indústrias localizadas, cada qual exercendo um ramo da produção, ou parte dele. O autor cita uma região russa com mais de 500 aldeias, dedicadas aos mais diferentes trabalhos em madeira. Uma aldeia fazia os raios para as rodas das carroças, outra fazia a carroceria, e assim por diante, até a montagem completa do produto.

Machado (2003) vê nas condições locais relacionadas à oferta de matéria prima, à facilidade de acesso aos mercados e à mão de obra um ponto positivo importante na criação e na permanência de uma indústria em uma determinada localidade.

No Quadro 3, podem-se observar exemplos de indústrias localizadas fornecidos por Marshall (1982), acompanhados das razões da localização das mesmas:

(continua)

	Tipo de Indústria	Localização	Razões da Localização
1.	Cerâmica	Staffordshire	Carvão barato e argila excelente.
2.	Trançado de palha	Bedfordshire	Palha com proporção exata do sílex que permite que não se tornem quebradiças.
3.	Cutelaria	Sheffield	O arenito para pedras de amolar está localizado naquela região inglesa.
4.	Mecânica	Lancashire	Ferreiros normandos foram instalados naquela região pelo nobre Hugo de Lupus.
5.	Tecidos Escarlate	Lincoln	Herança dos imigrantes flamengos, normandos e italianos.
6.	Cobertores	Bligh	Mesma razão. Herança dos imigrantes flamengos, normandos e italianos.

(conclusão)

7.	Tecidos de lã marrom	Beverley	Herança dos imigrantes flamengos, normandos e italianos.
8.	Selas para cavalos	Doncaster	Herança dos imigrantes flamengos, normandos e italianos.
9.	Navalhas	Leicester	Herança dos imigrantes flamengos, normandos e italianos.

Quadro 3: Razões para a origem de indústrias localizadas
 Fonte: Adaptado de Marshall (1982, p. 232).

Discorrendo sobre este assunto, Vasconcelos, Goldszmidt e Ferreira (2005) lembram que a localização das indústrias está vinculada a outros fatores, tais como custos de transporte, economia de escala e proximidade da demanda.

2.3 Os Arranjos Produtivos Locais como Alternativa ao Fordismo/Taylorismo

Os APL's são vistos por vários autores como uma alternativa ao modelo fordista/taylorista que vigorou na indústria até o final da década de 70 (CAPECHI, 1990).

De acordo com Hewitt (1990) este modelo de produção, o fordismo/taylorismo, apareceu pela primeira vez nos Estados Unidos no início do século XX, espalhando-se pela Europa logo após a Segunda Guerra Mundial.

Segundo o autor, tinha como principal característica a produção em linha de montagem que envolvia um alto grau de divisão de trabalho com o objetivo de simplificar as tarefas dos operários, para restringir as operações, no sentido de exigir, cada vez menos, habilidades que precisassem de raciocínio. A idéia era transformar o operário em uma espécie de extensão da máquina, que controlaria suas ações pela regulagem da velocidade das operações (HEWITT, 1990).

Caracterizado pela rigidez, tanto horizontalmente, quanto verticalmente, este sistema de produção, adotado por Henry Ford em 1915, nos Estados Unidos, implantou de forma científica a linha de montagem dentro de uma fábrica e teve, na democratização do uso do automóvel, a linha mestra para uma mudança social de atitude perante o consumo e a produção de veículos que, até então, era feita de forma artesanal e era dirigida aos compradores que tinham condições para pagar o altíssimo preço deste bem de consumo (MOTTA; VASCONCELOS, 2002).

Smith (1983), observando diversas formas primitivas de divisão do trabalho, afirma o seguinte em relação a uma indústria que fabricava alfinetes:

Um operário não treinado para essa atividade (que a divisão do trabalho transformou em uma atividade específica), nem familiarizado com a utilização das máquinas ali empregadas (cuja invenção provavelmente também se deveu à mesma divisão de trabalho), dificilmente poderia fabricar um único alfinete em um dia, empenhando o máximo de trabalho; de qualquer forma não conseguirá fabricar vinte. Um operário desenrola o arame, outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete. Por conseguinte dez pessoas conseguem produzir o equivalente a 48.000 alfinetes por dia (SMITH, 1983, p. 53).

Para o autor, os efeitos da divisão do trabalho, verificados em uma fábrica insignificante, podem proporcionar resultados semelhantes em qualquer outro tipo de fábrica.

Muito embora a postura inicial de Ford tenha sido criticada e até motivo de anedota, como observa Rhis (1992, p. 27) citando uma frase que é tida como dita por Ford, “Eles podem ter a cor (de carro) que quiserem, desde que seja preto” (tradução nossa), na realidade este sistema foi responsável pela substituição do sistema individualista de produção que predominava à época.

Segundo Motta e Vasconcelos (2005) Ford pôde, com a adoção do novo sistema de trabalho, descartar os famosos cartões de instrução distribuídos por Taylor aos operários e o fordismo, além de romper com um modelo tradicional de produção que, de certa forma, emperrava o processo de desenvolvimento, trouxe inúmeras vantagens para a indústria, para a sociedade e para os consumidores, quais sejam:

- a) o mercado passou a ter à sua disposição um produto de qualidade, útil, a baixo custo;
- b) a sociedade passou a ter acesso a um sistema, à linha de montagem, e a um bem de consumo que se torna fundamental para a sociedade industrial;
- c) o sistema de Ford eliminou quase todos os movimentos desnecessários das ações dos trabalhadores;
- d) a rápida movimentação de capital gera mais dividendos para todos; mantêm-se em estoque apenas as peças necessárias à reposição para que a linha de montagem não pare;
- e) os trabalhadores são pagos por produtividade, para que o sistema não falhe. Um sistema de pagamento baseado em bônus permitia salários altos que cresciam com a produtividade;
- f) viabilizou-se a produção em massa, os acordos com trabalhadores e a queda dos preços.

Com a participação maciça da mulher no mercado de trabalho e de consumo, um dos resultados das duas guerras mundiais, com a evolução tecnológica e dos meios de comunicação, a sedimentação das relações democráticas na Europa, a criação da Comunidade Européia e a conseqüente expansão e abertura de novos mercados dentro da comunidade, e em outros continentes, há a redescoberta das inter-relações locais, em resposta ao sistema fordista, que atingiu seu ápice na década de 1970, quando o mundo entrou em profunda recessão. Entretanto essa recessão foi precedida por um período de rápido e intenso crescimento econômico, que teve seu início após a Segunda Guerra Mundial, em 1948, com um crescimento econômico global acima de 6% ao ano, algo que o mundo jamais havia experimentado (JENKINS, 1990).

O autor chama atenção para o fato de que, no período compreendido entre 1780 e 1830, período da Revolução Industrial, o crescimento mundial foi de 2,6% ao ano.

2.3.1 A transição para o pós-fordismo e o surgimento dos arranjos produtivos

Se, em um primeiro momento, pós-revolução industrial, há a transferência da mão de obra especializada dos artesãos para o interior das fábricas, culminando com o fordismo/taylorismo no início do século XX, na década de 1950 há o retorno dos operários às pequenas e médias organizações, à pequena e média empresa, proporcionando o desenvolvimento dos aglomerados e dos arranjos produtivos, com destaque para os Italianos. Jenkins (1990) dá a este processo o nome de desindustrialização.

Na Inglaterra este fenômeno foi responsável pela queda no nível de participação da indústria no PIB inglês, de 32,1% para 20,7%, no período de 1960 a 1980. Neste mesmo período, a participação do nível de emprego industrial em relação ao total de postos de trabalho naquele país, caiu de 38,4% para 23,6%. Outro aspecto é o declínio da participação da produção industrial, em nível mundial, dos países chamados industrializados, e o aumento considerável da participação dos países chamados de “Terceiro Mundo”, como o Brasil e a Índia (JENKINS, 1990).

O Quadro 4 mostra como foi o declínio desta participação no período de 50 anos, entre 1930 e 1980.

Ano	Participação em %	Diferença em %
1930	90	
1940	80	(-) 10
1980	60	(-)20

Quadro 4: Participação dos países industrializados na produção mundial.
Fonte: Adaptado de Jenkins (1990, p. 17).

O Secretário Britânico da Indústria se posicionou da seguinte forma, em 1975, com relação à desindustrialização no país:

A tendência de contração da indústria manufatureira britânica, que estamos sofrendo agora, ganhou força nos últimos 4 anos. Se permitirmos que esta tendência continue nós teremos fechado 15% de nossa capacidade de produção industrial e aproximadamente 2 milhões de trabalhadores em indústria ficarão fora do mercado de trabalho entre 1970 e 1980. (Industrialization and Development, 1980, p. 32).

A revista americana *Business Week*, de 30 de junho de 1980, comenta o fenômeno da seguinte forma:

A Economia Americana deve passar por mudanças fundamentais se quiser manter uma viabilidade econômica, sem falar em liderança, nos restantes 20 anos do século XX. O objetivo tem que ser nada menos que a re-industrialização da América. Um esforço consciente para reconstruir a capacidade produtiva americana é a única alternativa real para a difícil perda de competitividade dos últimos 15 anos, em relação a que, esta onda de fechamento de fábricas que varre todo o país, é apenas a mais vívida manifestação (Industrialization and Development, 1990, p. 32).

Associadas a esta mudança de paradigma pós fordismo, Jenkins (1990) vê como características principais desse período as mudanças cíclicas e as mudanças de longo termo.

As mudanças cíclicas são:

- a) mudança no índice de crescimento na produção industrial;
- b) mudanças nos índices de crescimento do comércio internacional;
- c) mudanças nos índices de lucro;
- d) uma alteração na postura - de liberalização para protecionismo.

As mudanças de longo termo são:

- a) encolhimento da economia mundial, com a melhoria nos transportes e na comunicação;
- b) globalização da produção por meio da internacionalização do capital;
- c) mudanças nos índices de participação industrial no emprego com mudanças nos níveis de desenvolvimento;
- d) mudanças na tecnologia e nos processos de trabalho, como resultado da revolução microeletrônica.

Este novo formato da economia mundial trouxe oportunidades e desafios aos países do Terceiro Mundo, levando a uma nova postura em relação à atividade industrial e de distribuição de produtos (JENKINS, 1990).

2.4 A Terceira Itália e os Arranjos Produtivos Locais

Após a Segunda Guerra Mundial, a redescoberta das pequenas e médias empresas preparou o ambiente para que surgissem os arranjos produtivos italianos, vistos como uma alternativa à grande depressão que atingia os países industrializados (PIKE; SENGENBERGER, 1990).

No dizer de Bianchi (1996), o desenvolvimento econômico italiano contemporâneo, considerando-se o período de 1950 a 1980, resultou em três termos geo-econômicos distintos, conhecidos como a Primeira, a Segunda e a Terceira Itália, especificados no Quadro 5, em que se descrevem as características de cada região.

Nº Região	Característica	Delimitação e Perfil da Região
1.	Economia Central	Correspondente às regiões do noroeste da Itália, onde estão Piemonte, Lombardia e Ligúria, chamada de Triângulo Industrial. Esta Região tem uma estrutura econômica baseada em grandes indústrias, operando em setores modernos como mecânica, automóveis e eletrônicos, entre outros. É a Primeira Itália.
2.	Economia Marginal	Correspondente ao Sul da Itália, também conhecida como “ <i>Mezzogiorno</i> ”. Esta Região, apesar dos pesados investimentos públicos em infra-estrutura e a localização de enormes fábricas para as indústrias de aço e petroquímicas, é a Região menos desenvolvida do país. Ficou conhecida como Segunda Itália.
3.	Economia Periférica	Correspondente às Regiões Nordeste e Central da Itália. Mais conhecida como Terceira Itália, esta é a região de maior desenvolvimento do país, devido ao dinamismo das pequenas e médias empresas em setores tradicionais como têxteis, vestuário, calçados, entre outros.

Quadro 5: As três regiões italianas conhecidas como Primeira, Segunda e Terceira Itália
Fonte: Adaptado de Bianchi (1996, p. 3).

Boschma (1999) apresenta na Figura 1 o mapa da Itália, no qual se destacam as três regiões econômicas citadas por Bianchi (1996), podendo-se, então, ter uma melhor visualização das regiões italianas envolvidas com a produção industrial.

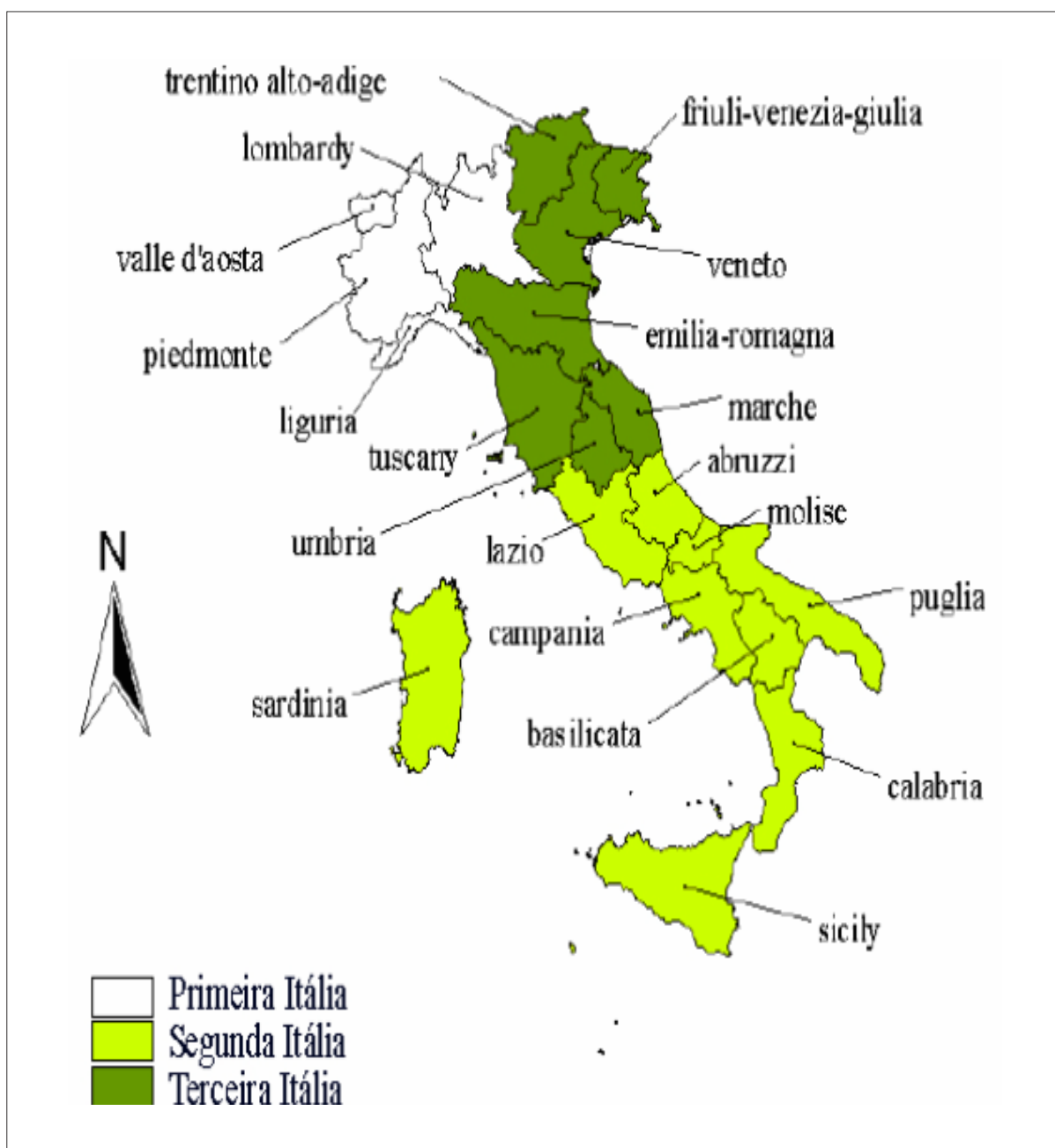


Figura 1: As três Itálias

Fonte: Adaptado de Boschma (1999, p. 6).

O interesse do ILO em estudar os arranjos produtivos italianos deveu-se ao fato de que, enquanto a recessão, o desemprego e a instabilidade estavam presentes em todo o planeta, no final da década de 1970 e na década de 1980, gerando estagnação e séria deterioração nas condições sociais, em determinadas regiões geográficas notou-se um fortalecimento das pequenas e médias empresas, associado ao crescimento do desemprego, o que lhes permitia contornar este tipo de situação, e isto não aconteceu apenas em setores mais desenvolvidos tecnologicamente, mas também em setores de trabalho com madeira, tecidos,

jóias e calçados, colocando-se como modelo para outras regiões do mundo. Como exemplo, podem-se citar algumas localidades como Oyamax, na França; Jutland, na Dinamarca; Baden Wurtemberg, na Alemanha; Smaland, na Suécia; Barcelona, na Espanha; algumas áreas do Japão e a região central da Itália (ILO, 1992).

Os arranjos produtivos são vistos pelo ILO (1992) como sistemas produtivos que têm como ponto principal a existência de um grande número de empresas envolvidas na produção de bens homogêneos, em vários estágios de produção. Entretanto, algo que se destaca é o fato de que essas empresas, na sua grande maioria, são pequenas, ou muito pequenas.

No Quadro 6 são apresentados exemplos de arranjos produtivos na Terceira Itália.

	Cidade	Região	Indústria
1.	Sassuolo	Emilia Romagna	Azulejos
2.	Prato	Toscana	Têxteis
3.	Montegrano	Marche	Calçados
4.	Cento	Emília Romagna	Engenharia Mecânica
5.	Canneto Sull'Oglio	Lombardia	Brinquedos

Quadro 6: Exemplos de arranjos produtivos na Terceira Itália
Fonte: Adaptado de Pyke e Sengenberger (1990, p. 2).

Considera-se que os aspectos sociais e institucionais são tão importantes quanto o fator econômico, na identificação de um arranjo produtivo, já que existe uma inter-relação muito próxima entre as esferas social, política e econômica (ILO, 1992).

2.5 Os Arranjos Produtivos e a Especialização Flexível

Capecchi (1990) coloca como a mais importante característica dos arranjos produtivos a especialização flexível e considera que as principais diferenças entre este modelo e o sistema adotado pelo modelo fordista/taylorista são as descritas no Quadro 7.

Na especialização flexível	No modelo fordista/taylorista
As indústrias estão comprometidas com a produção em pequenos lotes, produzindo protótipos e máquinas e/ou produtos por encomenda;	No sistema fordista há a produção em massa ou em grandes lotes;
Na especialização flexível, a organização do trabalho tem como base três níveis de cooperação: trabalhadores administrativos, na direção, trabalhadores especializados e trabalhadores não especializados;	No modelo fordista a organização do trabalho é basicamente taylorista, ou seja, há uma clara separação entre trabalhadores administrativos, que são em minoria, e a maioria realizando trabalhos de chão de fábrica, que não exigem especialização;
A chave para o sistema de especialização flexível está no grupo de trabalhadores especializados, que, quando no trabalho, aperfeiçoam seu profissionalismo. A combinação entre experiência e conhecimento profissional permite a esses trabalhadores especializados deixar a fábrica e tornarem-se pequenos empresários;	Está claro, então, que o modelo de industrialização da especialização flexível permite a mobilidade social entre as classes trabalhadoras, uma mobilidade que não seria possível no modelo fordista;
Na especialização flexível, os procedimentos de produção requerem uma colaboração muito próxima entre a indústria e o cliente, resultando em um produto feito “sob medida”, de acordo com as necessidades do cliente;	Os procedimentos de produção no modelo fordista são padronizados, assim como os produtos. O mais importante elemento é o preço;
No modelo de especialização flexível a produção acontece em muitas empresas de pequeno e médio porte, organizadas dentro dos distritos industriais e de subsistemas industriais urbanos.	No modelo fordista, a produção acontece em poucas grandes fábricas.

Quadro 7: Diferenças entre os modelos de especialização flexível e fordista/taylorista
 Fonte: Adaptado de Capecchi (1990, p. 21).

Estudos feitos pelo ILO (1990) definem, geograficamente, os distritos industriais, como sistemas produtivos, nos quais o ponto principal é a existência de um grande número de empresas envolvidas na produção de bens homogêneos, de várias formas, e em vários estágios de produção, destacando, entretanto, o fato de que essas empresas, na sua grande maioria, são pequenas, ou muito pequenas.

Outra característica que os autores apontam é o fato de que, ao contrário das grandes corporações integradas verticalmente, nas quais a força motora é baseada nos recursos internos, na economia de escala e no poder de mercado, nesses sistemas a organização e a liderança estão nas firmas pequenas, não raras vezes propriedades familiares, ligadas por uma divisão de especialização bem articulada.

O que leva a população de pequenas firmas a ser mais que um agregado de unidades produtivas é exatamente o fato de que elas se relacionam umas com as outras de formas próprias, com características próprias. Nos distritos industriais as pequenas empresas solucionam um problema que parece ser comum a todas elas, o isolamento (PYKE; SENGENBERGER, 1990).

2.5.1 A estrutura de um arranjo produtivo local

Para Capecchi (1990), a estrutura de um arranjo produtivo local passa a existir a partir do momento em que a especialização flexível começa a ser organizada de forma particular, exclusiva. O autor considera determinados pontos para que passe a existir um distrito industrial. Os principais pontos levantados pelo autor estão sintetizados no Quadro 8:

Pontos	Características de um Distrito Industrial
Flexibilidade da Produção	Procura adaptar-se às necessidades dos clientes, sejam eles individuais ou atacadistas, com múltiplas solicitações relativas à produção.
Aglomeração	Em um mesmo território há a incidência de muitas empresas voltadas para o mesmo tipo de produto.
Diferentes Processos	Enquanto algumas micro, pequenas e médias empresas atendem diretamente ao mercado, outras atendem a indústrias, na fabricação de peças.
Flexibilidade no Atendimento	Não há rigidez no processo. Em um determinado momento as empresas atendem ao mercado e em outro agem como sub-fornecedoras.
Interação entre Competição e Cooperação	Há uma inter-relação entre competição e cooperação, não gerando um efeito destrutivo, mas sim, sinérgico, abrindo novos mercados constantemente.
Delimitação de Espaço	Há uma clara delimitação da área geográfica em relação à produção industrial de determinado produto.
Interconexão Arranjo/Zona produtiva	Os arranjos produtivos estão fortemente conectados à vida familiar, política, econômica e social, da área geográfica.

Quadro 8: Pontos de identificação de um arranjo produtivo
 Fonte: Adaptado de Capecchi (1990, p. 23).

A Figura 2 destaca as cidades pólos dos arranjos produtivos italianos, localizados na região de Emilia-Romagna, e as atividades que lhes são características por razões culturais e históricas.

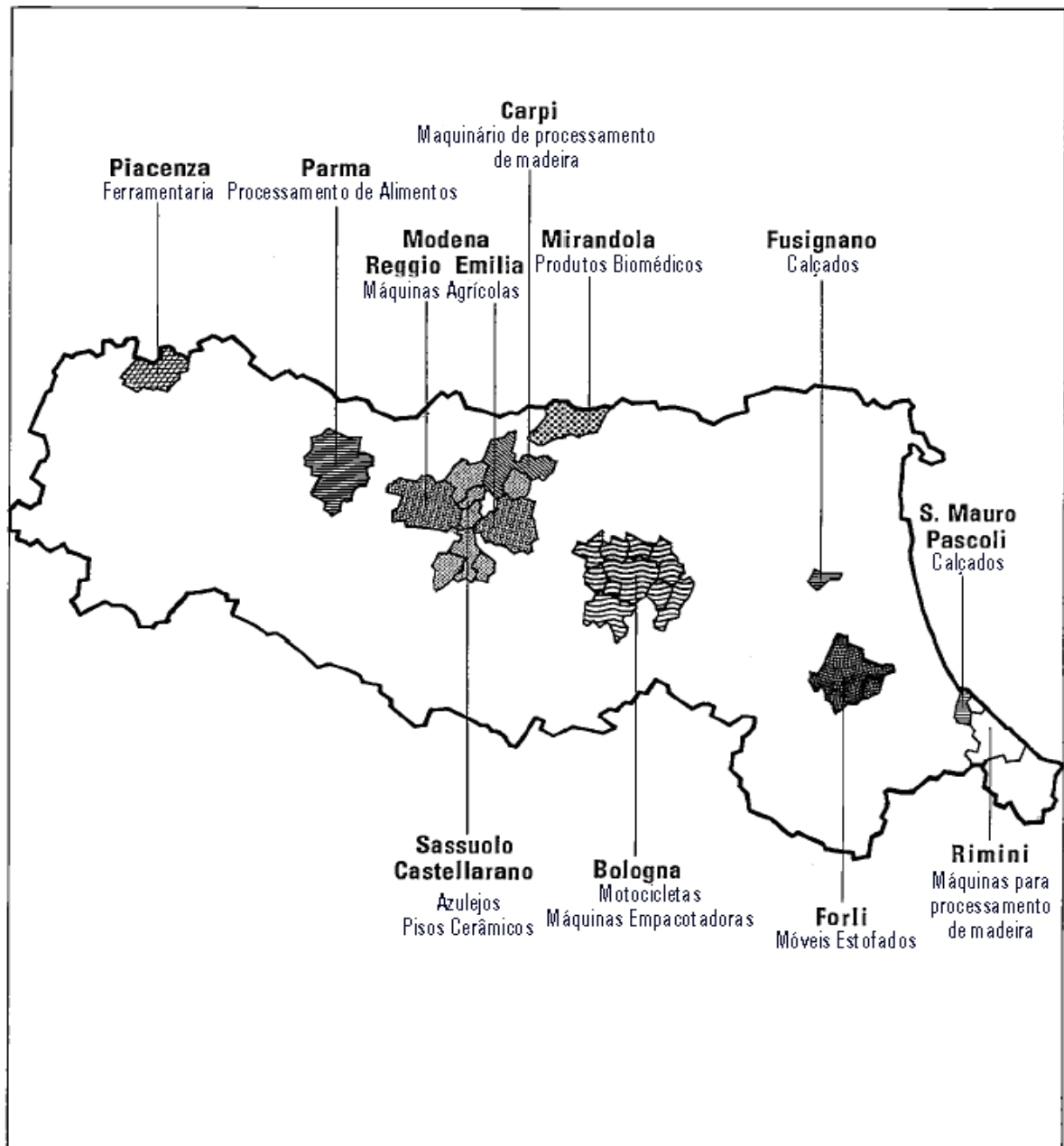


Figura 2: Sistema local de produção de Emilia-Romagna
 Fonte: Adaptado de ILO (1996, p. 10).

A região de Emilia Romagna foi o exemplo que mais caracterizou o sucesso dos arranjos produtivos na Itália, pois quando comparada com outras regiões, demonstrou

desenvolvimento excepcional, com o PIB apresentando o mais alto índice italiano, com até 30% acima do índice nacional naquele país, nas décadas anteriores a 1980, o que pode ser constatado no Gráfico 1.

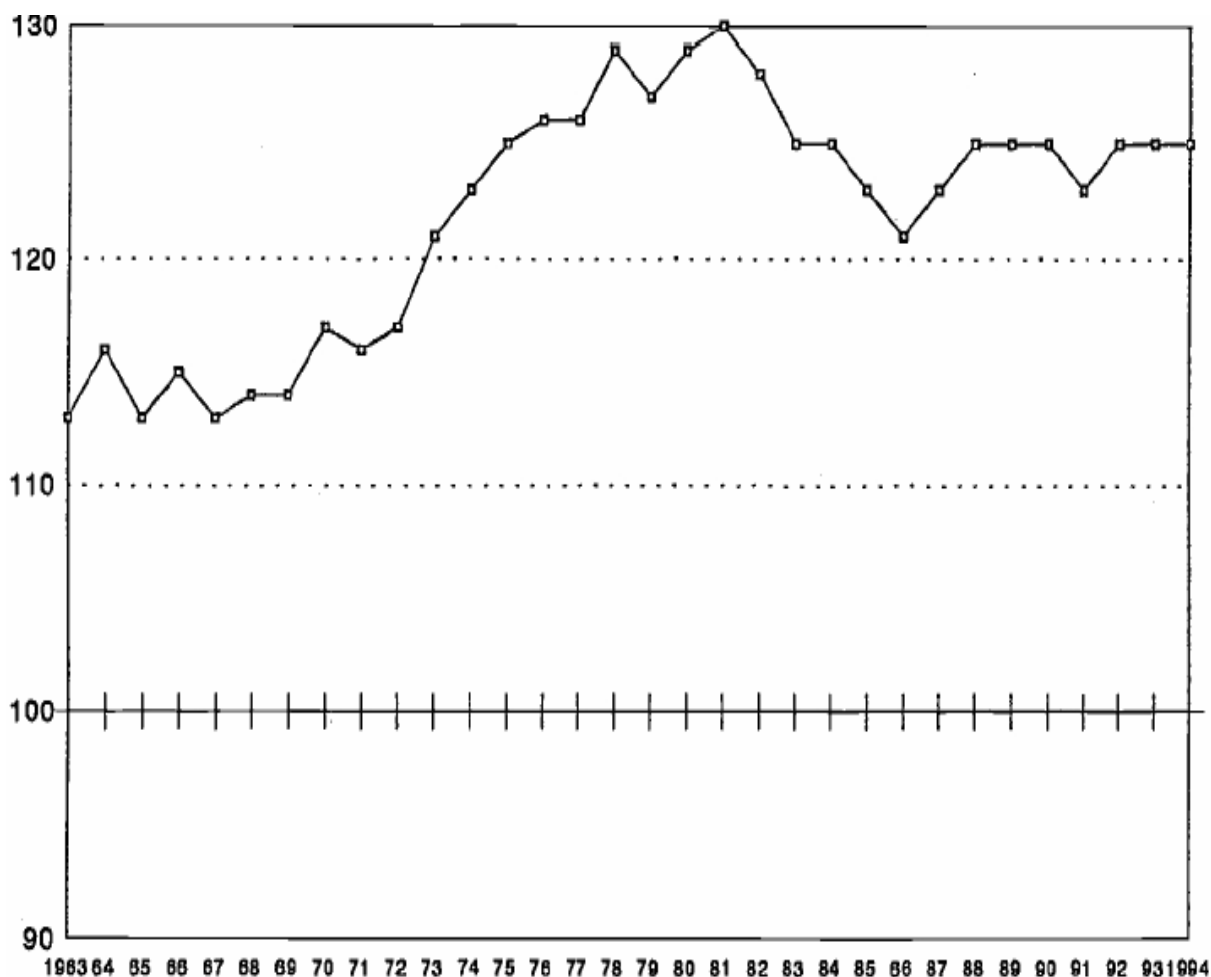


Gráfico 1: Produto interno bruto (PIB) de Emília-Romagna comparado ao PIB da Itália, em 1985
 Fonte: Adaptado de ILO (1991, p. 10).

2.5.2 Especialização flexível na região de Emília-Romagna

Marshall (1982) vê na crescente procura de coisas da mesma espécie e de coisas que necessitem ter grande precisão (exatidão) as principais causas da subdivisão do trabalho, afirmando que o desenvolvimento da maquinaria tem como objetivo baratear e tornar mais preciso o processo de produção. Para o autor, a subdivisão do trabalho, base filosófica para a especialização flexível e para a formação dos APL's, segue passo a passo com o aperfeiçoamento tecnológico, denominado, então, de aperfeiçoamento da maquinaria.

Para o GTP APL (2006), quando se fala de especialização das firmas, está se falando da especialização de uma ou mais firmas em uma determinada parte do processo industrial, que acontece dentro do arranjo produtivo.

Segundo Capecchi (1990), considerando-se o período de 1900 a 1950, sete fatores, que podem servir de exemplos para outras regiões, são vistos como positivos no desenvolvimento da especialização flexível de Emília-Romagna, na Itália. Esses fatores estão descritos no Quadro 9:

Fatores	Descrição
Socialismo na cidade e no campo	Com o estabelecimento da “Cámara Del Lavoro” as idéias socialistas se espalharam na cidade e no campo. Neste período havia uma intensa participação política e social, com destaque para as mulheres que trabalhavam na plantação de arroz. Esta presença socialista resultou na criação de associações e cooperativas, e no desenvolvimento de “idéias progressistas”. Em 1948, a região era responsável por 52% dos votos socialistas e comunistas no país, enquanto que em outras regiões esta participação chegava a 31%.
Universidades populares	As universidades populares, ao concentrarem várias disciplinas na área intelectual, estabeleceram importante relação entre a vida econômica e a vida social das comunidades de Emília-Romagna. A Università Popolari Giuseppe Garibaldi foi fundada em Bologna em 1904.
A área rural caracterizada pela presença de pequenas empresas	No período de 1900 a 1950, a região de Emília-Romagna tinha como característica econômica principal a agricultura. Porém, somente 40% dos trabalhadores rurais eram empregados, enquanto que os outros 60% eram pequenos empresários, caracterizados como arrendatários, proprietários de pequenas fazendas, ou produtores em sociedade com o proprietário a terra. Esses pequenos empresários não eram só produtores, trabalhavam também com cânhamo para fabricação de cordas e sacolas, com tecelagem e com entrançamento de palhas.
Presença de distritos industriais e pré-distritos industriais	Esses distritos já estavam estabelecidos em Emília-Romagna entre os anos de 1900-1950. No distrito industrial de Carpi o trabalho de aplainar madeira e de entrançamento de palha para chapéu já existe desde 1500. Em 1900 a empresa “Il Truciolo” empregava de 30 a 40 mil funcionários, principalmente mulheres, no fabrico de chapéus que eram exportados para toda a Europa, para os Estados Unidos e também para a Ásia. Essa experiência resultou no desenvolvimento do trabalho com roupas de lã entre os anos 1950 e 1970.
A transmissão de conhecimento tecnológico:	Giovanni Aldini, físico, e Luigi Valeriani, economista, viajaram à França e Inglaterra no início do século XIX e anotaram todos os avanços tecnológicos que estavam acontecendo naquele país, com o objetivo único de trazerem para a cidade de Bologna. Quando morreram, em 1828 e 1834, respectivamente, deixaram sua herança para a cidade com a condição de que fosse aberta uma escola técnica para difusão de <i>know-how</i> em mecânica. Foi aberta a Escola Técnica de Bologna, mais tarde denominada Instituto de Artes Aldini Valeriani. Outra escola nos mesmos moldes foi aberta em Imolo, em 1881, e outra ainda, em Módena, em 1921.
Uma sociedade industrial orientada para a especialização flexível	No período de 1900 a 1950, a indústria agrícola típica já era bem reduzida na região. Os distritos industriais já eram muitos e os sub-sistemas industriais urbanos, voltados para a indústria de engenharia, organizada em especialização flexível, já estavam começando. Um exemplo é o de Bologna, onde a produção de máquinas por encomenda, os protótipos de automóveis e as motos de corrida, eram a maioria.
Uma diferente relação de poder entre homens e mulheres	No período considerado, 1900 a 1950, mesmo não podendo ingressar nas Escolas Técnicas de Engenharia, as mulheres de Emilia-Romagna se destacaram como administradoras e como pequenas empresárias nos setores de roupas e de cerâmicas.

Quadro 9: Fatores positivos na especialização flexível em Emilia-Romagna
Fonte: Adaptado de Capecchi (1990, p. 21).

A Região de Emília-Romagna foi prejudicada após a Segunda Guerra Mundial, quando da divisão do fundo do Plano Marshall, por ter fabricado armas em suas empresas. Entretanto, isto ajudou no desenvolvimento regional, no período compreendido entre 1950 e 1970, uma vez que a atitude do governo central resultou em uma união muito grande, de todos os setores da sociedade local, em uma mobilização pelo desenvolvimento, pois o fechamento das indústrias que fabricaram armas gerou um grande índice de desemprego. O resultado foi um desenvolvimento excepcional, com um incremento grande na exportação de produtos.

Brusco et al. (1996), fazendo uma análise da composição, por produtos, dos distritos industriais em Emília-Romagna, observaram o que vem descrito no Quadro 10.

Cidade	Produtos Fabricados nos Distritos Industriais de Emilia-Romagna
Piacenza	Ferramentaria
Parma	Processamento de alimentos
Módena	Máquinas Agrícolas
Réggio Emília	Máquinas Agrícolas
Carpi	Roupas de lã, Vestuário, Máquinas para processamento de madeira
Mirândola	Produtos biomédicos
Fusignano	Calçados
Sassuolo	Azulejos e pisos em cerâmica
Forli	Móveis estofados
Bologna	Motocicletas e máquinas para empacotar
S.Mauro Páscoli	Calçados
Rimini	Máquinas para processamento de madeira

Quadro 10: Produtos fabricados nos arranjos produtivos de Emilia-Romagna
Fonte: Adaptado de Brusco et al. (1966, p. 23).

2.6 Economias Externas e Economias Internas nos Arranjos Produtivos Locais

Marshall (1982) vê a existência de certas condições para que as economias conseguidas pelas empresas, decorrentes da divisão do trabalho, sejam mais bem asseguradas. Para o autor, a utilização plena da mão de obra e da maquinaria é uma das condições, a outra é a sua eficiência. Entende que as atividades passadas às pessoas precisam exigir o máximo de sua aptidão e capacidade, além do que, precisam estar capacitadas para exercer diferentes atividades. Em relação à maquinaria o princípio é o mesmo.

Existem as economias conseguidas pelas empresas, ou seja, geradas pelo aumento da produção e do desenvolvimento geral da indústria, que são por ele denominadas economias externas, e as economias advindas de uma melhor utilização da mão de obra, da maquinaria e da administração da empresa, que são as economias internas (MARSHALL, 1982).

A diferenciação entre os diversos ganhos planejados, ou seja, aqueles que são buscados intencionalmente pelas empresas (economias internas) e aqueles que não fazem parte do planejamento, ou seja, aparecem incidentalmente (economias externas), traduzidos em ganhos de eficiência, muito raramente obtidos pelos produtores, são possíveis de se conseguir com o agrupamento de empresas. À soma desses ganhos dá-se o nome de eficiência coletiva (MACHADO, 2003).

Entretanto, Machado (2003) chama a atenção para o fato de que a simples concentração geográfica e setorial de empresas não garante a presença dessa eficiência coletiva, constituindo-se, porém, em uma condição necessária para a ocorrência de eventos posteriores que irão determinar, de acordo com sua intensidade, a eficiência dos APL's. Esses eventos são:

- a) divisão do trabalho com especialização entre produtores;
- b) rapidez no fornecimento de produtos especializados;
- c) aparecimento de fornecedores de matérias-primas, componentes e máquinas;
- d) aparecimento de representantes para outros mercados, no país e fora dele;
- e) aparecimento de prestadores de serviços nas mais diferentes áreas, como contábil, financeira e tecnológica;
- f) formação de mercado de profissionais especializados;
- g) ações específicas em conjunto.

2.7 O Capital Social em um APL

Por proporcionar a redução de custos de transação, favorecer a troca de conhecimentos, estimular a eficácia e respostas por parte das instituições responsáveis pela governança, constituindo-se, assim, em uma das molas propulsoras deste tipo de aglomerado industrial, o capital social existente nos distritos industriais é um tema presente nos trabalhos de vários autores (MARSHALL, 1982; CAPECCHI, 1990; PYKE; SENGENBERGER, 1992).

Boschma (1999) chama a atenção para o fato de que o capital social não tem sido muito considerado pelos estudiosos dos distritos industriais, encontrando-se poucos trabalhos que se aprofundem na matéria e afirma que a industrialização na Terceira Itália teve como base este tipo de estrutura social, que estimulou e encorajou os inter relacionamentos entre os mais diferentes atores. Levando em conta os diversos aspectos relacionados à importância do capital social para os distritos industriais, o autor chegou às conclusões apresentadas no Quadro 11.

As Funções do Capital Social	Reflexos do Capital Social em APL's
Capital social como pré-requisito para transações	Como há a necessidade de garantias nas transações bancárias e na entrega de mercadorias com pagamento futuro, o capital social pode dar esta garantia.
Capital social como redutor de preços	Havendo confiança mútua não haverá a necessidade, por parte dos fornecedores, de exigirem um valor adicional que funcionará como seguro na transação.
Capital social como facilitador no conhecimento	Quando há confiança entre as partes, há uma maior facilitação na troca de informações que promovam o desenvolvimento do conhecimento.
Capital social como estimulador de eficiência pública	Quando há ação conjunta da coletividade, há maior resposta em termos de eficiência por parte das instituições públicas.
Capital social como estimulador de banco de capital humano	Quanto maior o índice de confiança entre as partes envolvidas no processo de desenvolvimento, maior a tendência das empresas em contratar recursos humanos pela capacidade, não pelo conhecimento.

Quadro 11: As funções do capital social
Fonte: Adaptado de Boschma (1999, p. 3).

Analisando os mais diferentes aspectos ligados ao capital social em um distrito industrial, Boschma (1999) propõe que o mesmo seja olhado em três dimensões distintas, apresentadas no Quadro 12:

Dimensão:	Está ligada a:
Intensidade da participação cívica	Esta dimensão leva em conta a preocupação com os diversos eventos sociais, traduzidos pelos noticiários das mais diferentes mídias, e o interesse da comunidade nos diferentes referendos locais e nacionais.
Intensidade da participação nos diferentes tipos de associações horizontais	Esta dimensão leva em conta a participação em associações culturais e esportivas e em clubes.
Intensidade da participação comunitária no voto preferencial	A confiança em alguém da comunidade pode ser traduzida em voto a candidatos locais, ao contrário de ser vista como clientelismo.

Quadro 12: Dimensões do capital social em uma comunidade.
Fonte: Adaptado de Boschma (1999, p. 19).

Considerando estes pontos, o autor propõe o que é apresentado na Figura 3, para facilitar na identificação do Capital Social:

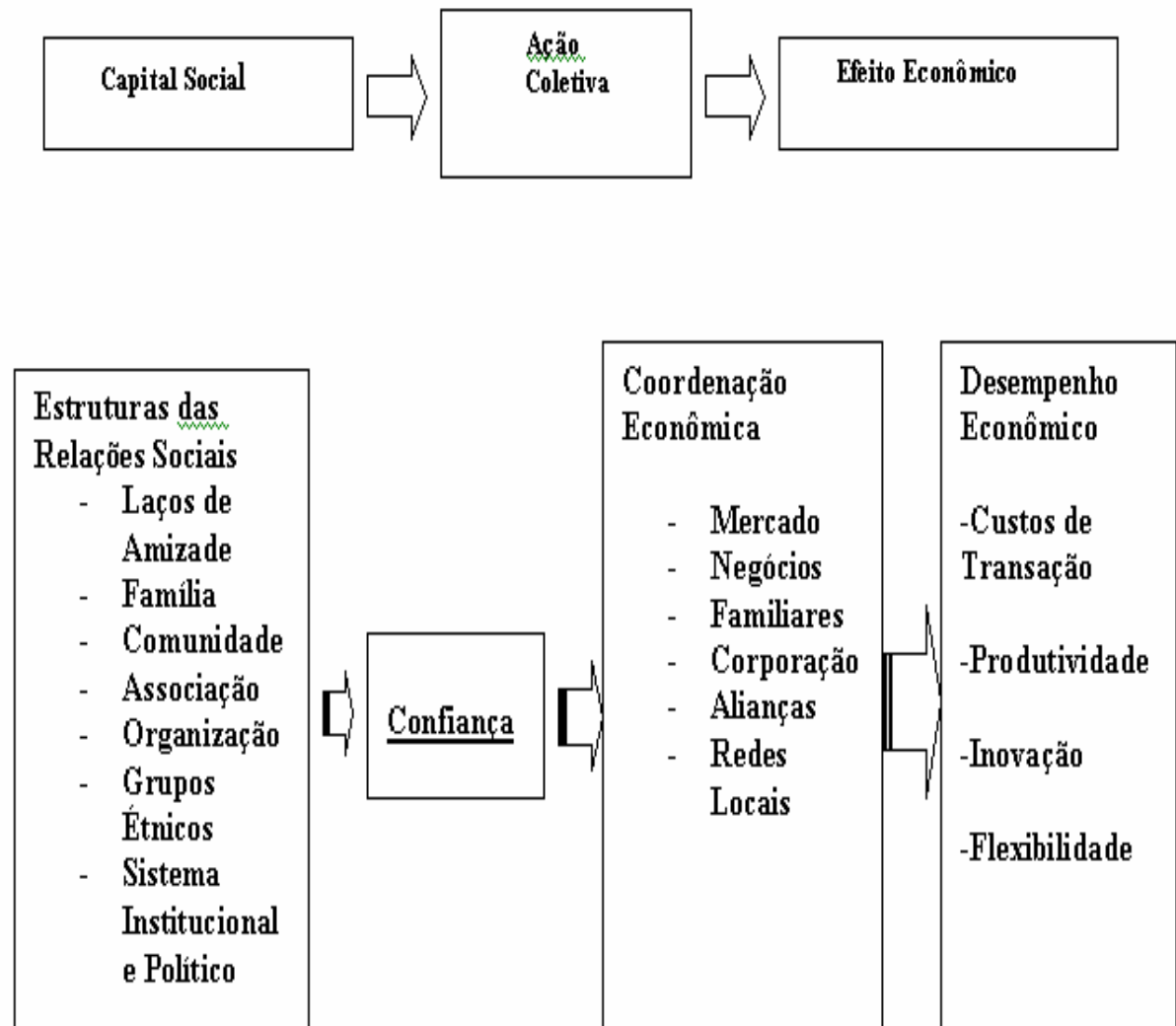


Figura 3: A função patrimônio, do capital social, na esfera econômica

Fonte: Adaptado de Boschma (1999, p. 13).

De acordo com Machado (2003), o capital social proporciona a redução de custos de transação, favorece a troca de conhecimentos e estimula a eficácia das respostas por parte das instituições responsáveis pela governança, podendo ser visto em esferas distintas, como na comunitária, quando faz parte das relações dentro da comunidade, na cultural, ao transmitir valores como tradições e regras de comportamento, e, na esfera participativa, quando os atores de uma comunidade passam a atuar como agentes das diversas políticas públicas, no processo de participação social.

3 MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Este capítulo tem como objetivo levantar informações sobre a importância das micro, pequenas e médias empresas; seu desenvolvimento a partir da década de 1970, e sua participação no crescimento global, na promoção e na elevação dos padrões econômicos e sociais da população, e discorrer sobre este tipo de organização no Brasil, suas dificuldades e propostas para promoção de seu desenvolvimento no país.

3.1 Características das Micro, Pequenas e Médias Empresas

Segundo Hindle (2002) as micro, pequenas e médias empresas – MPME's, constituem-se em grupo especial de empresas com características e necessidades especiais, hoje reconhecidas mundialmente. Atuando dentro de um amplo leque de atividades, essas empresas podem estar constituídas como firmas individuais, como empresas ligadas à tecnologia e à informação, ou a grupos familiares.

Farah (1985) reconhece nas micro e pequenas empresas uma importância muito grande para a redução do desequilíbrio regional, já que podem contribuir na dispersão da atividade fabril, auxiliando no controle do desequilíbrio urbano. Para o autor, essas empresas participam indiretamente da vida das grandes empresas, à medida que atuam como suas fornecedoras e consumidoras de componentes, além de participarem ativamente da distribuição física de produtos necessários à sobrevivência de determinadas regiões, que não são de interesse das grandes corporações.

Para o SEBRAE (2003) é importante a inserção das PME's brasileiras em um mundo globalizado, considerando que o desenvolvimento local deve sempre ser implementado a partir de uma abordagem sistêmica, ou seja, como parte integrante de sistemas mais amplos, sejam eles nacionais ou internacionais.

Galeano (2005) entende que o momento é de grande mudança na economia mundial, o que está levando as empresas a uma ação criativa, buscando novas soluções em termos de desenvolvimento e em relação à concorrência, já que a globalização e o advento de novas tecnologias são uma realidade que afeta a todos. O autor considera que as grandes empresas têm maior facilidade na adaptação ao ambiente, já que podem recorrer a investimentos externos ou optar por fusões e parcerias.

3.2 As Micro, Pequenas e Médias Empresas no Brasil

Galeano (2005) destaca que no Brasil há um maior interesse em relação às PME's, com uma participação intensa da sociedade e de seus membros, em todos os níveis, levando a uma mudança na forma de lidar com os problemas, com uma valorização do aspecto social, trazendo como resultado uma maior valorização do ser humano.

De acordo com o SEBRAE (2005), o Brasil tem 4,5 milhões de pequenas e médias empresas em funcionamento, o que significa uma participação importante no desenvolvimento econômico e social do país.

Seguem, no Quadro 13, alguns dados sobre o crescimento deste tipo de organização no país:

Micro Empresas	1996	2002	Crescimento em %
Quantidade	2.956.749	4.605.607	+ 55,8%
Pessoas Empregadas	6.878.964	9.967.201	+44,9%
Participação nos Salários	7,3%	10,3%	+41,0%
Pequenas Empresas			
Quantidade	181.115	274.009	+51,0%
Pessoas Empregadas	4.054.635	5.789.875	+42,8%
Participação nos Salários	12%	15,7%	+30,0%

Quadro 13: Desenvolvimento das pequenas e médias empresas no período 1996-2002, no Brasil
Fonte: Adaptado de Galeano (2005, p. 57).

Lemos (2003) afirma que no Brasil não há um acordo sobre como classificar as MPME's, variando a classificação entre as categorias dependendo do objetivo da análise e da instituição que faz esta análise, sendo que o método mais comum é a classificação por número de empregados. Entretanto, a autora ressalva que a análise por número de empregados pode distorcer os dados, e isto leva muitos autores e instituições a utilizarem outros critérios, sendo que o faturamento, que vem se constituindo em uma tendência para análise, é um deles, e vem sendo usado na concessão de créditos bancários ou financiamentos.

Referindo-se às PME's no país, Galeano (2005) afirma que são responsáveis por 60% dos empregos oferecidos no país, geram 48% dos salários e representam 98% do total de empresas.

Existem dois marcos importantes que apontam o reconhecimento das MPME's pelas instituições governamentais brasileiras. O primeiro foi a criação do Centro Brasileiro de

Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEBRAE), em 1972. O segundo foi a criação de legislação para suporte às MPME's, que deu tratamento jurídico especial às mesmas nos campos previdenciário, tributário, de crédito e trabalhista, entre outros. Estas ações foram seguidas pelo Estatuto da Micro e da Empresa de Pequeno Porte (LEMOS, 2003).

Para Farah (1985) existem duas perguntas importantes que precisam ser feitas quando da aplicação de programas visando o apoio ao pequeno empresário industrial no Brasil.

- a) que mecanismos administrativos os empresários brasileiros utilizam para comparar o baixo grau de controles formais de suas empresas?;
- b) o que é mais relevante para uma micro, pequena ou média empresa, adaptabilidade ao seu meio ambiente ou um maior grau de controle interno?

Estas questões são consideradas importantes, já que a maior parte dos programas de auxílio ao pequeno empresário em nosso país prioriza os aspectos administrativos internos dessas empresas, vendo o empresário como alguém que não tem conhecimentos suficientes para dirigir seu empreendimento. Por outro lado, esses programas justificam as insolvências pela falta de controles internos, que não permitem maximizar os lucros (FARAH, 1985).

Para Lemos (2003), o foco das ações de apoio às MPME's tinha como principais objetivos:

- a) melhorar o acesso das empresas ao crédito, por meio de novas regulamentações, com juros e encargos menores, e de criação ou reforço de fundo de aval para garantia dos financiamentos à capacitação produtiva;
- b) aumentar a participação das MPME's na pauta de exportação nacional, por meio de ações voltadas para segmentos de baixa intensidade tecnológica, objetivando a sua modernização, aumento do valor agregado de produtos e capacitação e treinamento em comércio exterior.

O projeto batizado de Plano SEBRAE 2002, estabeleceu sete prioridades com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento e a criação de MPME's, quais sejam: desenvolvimento de arranjos produtivos locais em todo o país; potencialização e difusão de experiências de sucesso; educação empreendedora para milhões; fomento e disseminação da cultura de

cooperação; universalização do crédito e da capitalização; tributos e desburocratização; e articulação em redes de apoio às MPME's (SEBRAE, 2005).

3.3 Dificuldades Enfrentadas pelas Micro, Pequenas e Médias Empresas Brasileiras

As pequenas e médias empresas brasileiras estão presentes, também, no equilíbrio social, à medida que são geradoras de emprego, enfrentam problemas sérios que, se trabalhados, poderão contribuir sobremaneira para a melhoria de seu desempenho. Como exemplos, podem ser citadas: a escassez do capital de giro e de matéria-prima; a instabilidade do mercado consumidor, tanto interno quanto externo; a falta de mão-de-obra especializada; a centralização administrativa e a carga tributária, entre outros (FARAH, 1985).

Lemos (2005) ressalta a importância de se considerar o número de micro e pequenas empresas que são fechadas anualmente, apesar da superioridade no número de novas empresas desse porte que entram no mercado, acreditando a autora que há uma desinformação a este respeito por parte dos órgãos oficiais. A autora destaca a importância das MPME's na economia brasileira, na criação de empregos e na geração de renda, já que um índice elevado da população garante sua sobrevivência por meio deste tipo de organização.

Galeano (2005) identifica alguns problemas característicos, comuns às pequenas e médias empresas, quais sejam:

- a) baixa intensidade de capital;
- b) altas taxas de natalidade e de mortalidade;
- c) forte presença de proprietários, sócios e membros da família como mão de obra ocupada nos negócios;
- d) poder decisório centralizado;
- e) estreito vínculo entre os proprietários e as empresas, não se distinguindo, em termos contábeis e financeiros, a pessoa física da pessoa jurídica;
- f) registros contábeis pouco adequados;
- g) contratação direta de mão de obra;
- h) utilização de mão de obra pouco qualificada ou não qualificada;
- i) baixo investimento em inovação tecnológica;
- j) maior dificuldade de acesso ao financiamento de capital de giro;

k) relação de subordinação com empresas de grande porte.

Em um contexto econômico nacional, Farah (1985) aponta 19 itens que considera problemáticos para as MPME's no Brasil. Abaixo são enumerados os itens apontados pelo autor.

Itens problemáticos para as MPM's no Brasil:

- a) escassez do capital de giro e financiamento;
- b) escassez de matéria prima e/ou baixa qualidade das mesmas;
- c) instabilidade do mercado consumidor interno e externo;
- d) progressiva falta de mão de obra especializada;
- e) falta de garantia para financiamentos;
- f) excessiva centralização administrativa;
- g) elevação em escala acelerada dos encargos trabalhistas;
- h) carência de apoio direto de organismos oficiais de fomento industrial;
- i) dificuldades no acompanhamento das mudanças freqüentes da gestão da política fiscal na esfera federal e nos estados;
- j) desconhecimento total ou parcial dos diversos fundos oficiais de financiamento e de sua sistemática;
- k) burocracia e complexidade de legislação fiscal;
- l) dificuldades creditícias na obtenção de financiamento, tanto para capital de giro como para investimento;
- m) falta de capacidade gerencial, na administração e na organização dos vários setores de suas atividades;
- n) estrutura organizacional inadequada;
- o) a maioria das funções administrativas são concentradas nas mãos do dirigente máximo;
- p) a divisão de tarefas é feita de forma imprecisa e, quase sempre, de forma improvisada;
- q) dificuldade na obtenção de recursos através de linhas de crédito oficial;
- r) sérios problemas para colocar produtos em um mercado mais e mais competitivo;
- s) os equipamentos e os processos são, normalmente, obsoletos, com custos operacionais excessivos.

3.4 Ressurgimento da Pequena Empresa no Mundo

Para Loverman e Sengenberger (1991), teria sido exagero se alguém pensasse, há apenas duas décadas, que as pequenas e médias empresas iriam desempenhar um importante papel dentro da economia mundial, passando a ser consideradas como um novo caminho na criação de novos empregos, já que eram marginalizadas e ignoradas dentro de um processo de desenvolvimento que priorizava a produção em massa, como resultado de uma evolução que, aos poucos, deixaria para trás os vestígios de um período primitivo, caracterizado pela existência de pequenas empresas.

Laroche (1988) chama a atenção para a importância dada às pequenas e médias empresas a partir do final da década de 1970, quando os principais fundamentos econômicos vigentes foram colocados em questão, enfatizando que este interesse não ficou só nos centros universitários de pesquisa, ganhando espaço nas principais mídias, com a publicação de revistas e artigos em jornais, entre outros meios, levando, inclusive, ao aumento de tiragem dos veículos voltados para as questões empresariais. Mesmo canais de TV passaram a ter programas semanais, com comentários diários sobre o assunto.

Este interesse teve razão de ser, já que as pequenas e médias empresas passaram a ser responsáveis pela criação de novos empregos, o que foi muito importante para a economia mundial, destacando-se, também, a qualidade dos empregos oferecidos, a qualidade dos recursos humanos, o papel dessas empresas em relação às grandes empresas, a inovação e a participação no desenvolvimento econômico (LAROUCHE, 1988).

Antes da década de 1970, grande parte dos estudos sobre o desempenho das MPME's, confirmava a tendência de concentração de capital e da expansão dos parques industriais, enquanto as pequenas empresas desapareceriam aos poucos, pois não tinham acesso à tecnologia e à gerência de alto nível. Entretanto, como consequência do grande choque pelo qual passaram as grandes empresas e corporações, houve uma mudança de visão em relação às pequenas e médias empresas, pois elas passaram por este período com relativa facilidade, dada sua flexibilidade produtiva e grande capacidade de adaptação. (LOVERMAN; SENGENBERGER, 1991).

3.4.1 O exemplo do Quebec no desenvolvimento das pequenas e médias empresas

Laroche (1988) afirma que no Quebec, uma região do Canadá, as grandes empresas reconhecem a importância das pequenas e médias empresas, como sub-contratadas

na realização de serviços que exijam menor custo e mais flexibilidade e cita a presença das pequenas e médias empresas em áreas normalmente dominadas pelas grandes empresas, como nos setores aeronáutico, de telecomunicação e de equipamentos de transporte. Para o autor, talvez a tendência de Quebec seja de uma economia dualista, imitando a economia japonesa, onde as pequenas e médias empresas convivem com as corporações gigantes e cita alguns pontos que entende como responsáveis pelo desempenho das pequenas e médias empresas no Quebec, onde essas organizações tem um papel muito importante na explosão de desenvolvimento e na criação de novos empregos, quais sejam:

- a) crise do sistema fordista de controle, baseado na produção de grande escala, para satisfazer um consumo de massa em crescimento;
- b) crise do gigantismo das grandes entidades industriais, assentado no princípio das economias de escala;
- c) novas ondas de mudanças tecnológicas, centradas na micro-eletrônica, que permitem mais flexibilidade para responder às variações junto à demanda;
- d) explosão do consumo de massa e facilitação da especialização para as pequenas organizações, dada sua flexibilidade e a ausência de freios burocráticos.

Laroche (1988) afirma que a questão das pequenas e médias empresas não pode ser estudada como um caso isolado, mas, sim, em um contexto ambiental. Afirma que no caso do Quebec, o fenômeno do desenvolvimento das pequenas e médias empresas, está ligado à continuidade de um processo de afirmação nacional, ao qual se dá o nome de “Revolução Tranqüila dos Anos 1960”, que trouxe em seu bojo a criação de instituições importantes para este processo, como a estatal Hydro-Quebec, a Caixa de Depósitos, a Sociedade Geral de Financiamentos – SGF, entre outros, que lançaram os alicerces para o desenvolvimento de um grupo de administradores públicos de alto nível, trazidos do setor privado, enquanto que, neste mesmo período, há a afirmação do Quebec como uma sociedade moderna, que se consolida em todas as frentes: na educação, abrindo mais espaços para o estudo, na administração pública, na cultura, e em outros setores. Como exemplo o autor cita três fenômenos importantes que marcaram os anos 1970:

- a) a chegada maciça ao mercado de trabalho de batalhões de jovens instruídos e ávidos para conseguir um emprego (a geração baby- boom do após guerra);
- b) por outro lado a aceleração do debate sobre a questão nacional e o estatuto político do Quebec, praticando ao mesmo tempo a promoção de valores de confiança e também de valorização coletiva, valores estes que são traduzidos por uma criatividade abundante em todos os domínios da vida política, social e econômica, onde a menor das manifestações não estava só no plano econômico, mas na afirmação de um empresariado extremamente dinâmico, polivalente e multiforme;
- c) paralelamente se assiste a uma falta de fôlego dos organismos públicos que irão representar uma abertura maior no mercado de trabalho.

O número de trabalhadores que recorreram à iniciativa privada, como autônomos, foi o maior depois da segunda guerra, mais de 14% no momento crucial da recessão. Isto foi resultado da criação de programas de apoio às pequenas e médias empresas, por parte do governo, a partir dos anos 1970, que foram crescendo e se solidificando nos anos 1980, levando a um programa muito bem sucedido, desenvolvido no quadriênio 84-85-86-87, que proporcionou redução de impostos e facilidade no acesso ao financiamento público às pequenas e médias empresas (LAROCHE, 1988).

4 METODOLOGIA

Esta seção discorre sobre a metodologia utilizada na pesquisa sobre os APL's brasileiros, com destaque àqueles voltados para a indústria têxtil, verificando sua localização, sua quantidade, sua concentração, e as ações públicas no sentido de promover seu desenvolvimento.

4.1 Metodologia Aplicada

Este estudo utiliza-se da pesquisa descritiva e exploratória, com levantamento de dados secundários sobre os APL's brasileiros, com ênfase àqueles voltados para a indústria têxtil e de confecções.

Os dados foram obtidos junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, à Confederação Nacional da Indústria, ao Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa, à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, ao Instituto Euvaldo Lodi e junto à UNICAMP, instituições essas envolvidas no apoio aos APL's brasileiros, além de consulta aos dados disponíveis na bibliografia existente sobre o assunto.

Para Malhotra (2001), o desenvolvimento de uma abordagem ou a definição de um problema pode ter uma grande ajuda na análise dos dados secundários, que devem ser estudados antes de qualquer pesquisa primária.

Segundo aquele autor, pode-se limitar a análise de dados secundários em uma pesquisa sempre que os orçamentos forem limitados, já que os dados já foram coletados, estão à disposição do pesquisador e são de acesso relativamente fácil. Apesar de raramente darem todas as respostas, os dados secundários ajudam a ter uma visão mais clara do problema em questão.

De acordo com Boyd e Westfall (1978), considerando-se que idéias novas e outras informações ligadas ao fato pesquisado, são o objetivo de um estudo exploratório, este deve ser feito de forma flexível e com engenhosidade. A abertura para novas idéias deve ser uma constante para o pesquisador, que deve procurar esgotar as possibilidades ou voltar-se para uma idéia ainda mais nova. No projeto exploratório o que mais importa, segundo os autores, é a imaginação do pesquisador que tem à sua disposição três possibilidades principais na escolha do caminho a seguir:

- a) pesquisa de dados secundários;
- b) contato com pessoas detentoras de informações pertinentes;
- c) estudo de casos.

O estudo de dados secundários é a forma mais rápida e econômica à disposição do pesquisador para que possa formular proposições e hipóteses. Em um curto espaço de tempo o pesquisador poderá acessar idéias e dados já publicados ou não (BOYD; WESTFALL, 1978).

Em relação à pesquisa descritiva, Mattar (1993) afirma que sua característica principal é o fato de terem objetivos definidos e estarem dirigidas para a solução de problemas. Para o autor, pesquisas cujos processos apresentam características em comum fazem parte deste grupo e significam um aprofundamento no assunto pesquisado, o qual já está bem definido para o pesquisador e deve ser usada quando os seguintes propósitos estiverem em pauta:

- a) descrição de características de grupo;
- b) estimar a proporção de elementos em uma população específica;
- c) descobrir e verificar a relação entre eles.

Boyd e Westfall (1978) afirmam que a coleta de dados para a realização de um estudo descritivo tem três objetivos:

- a) verificar fatores comuns em relação aos casos;
- b) verificar fatores comuns a todos os casos;
- c) verificar fatores que são únicos para um caso em especial.

Os documentos que servem de base para a investigação documental estão arquivados junto a organismos públicos ou privados. Pessoas físicas também podem ser detentoras de documentos, tais como: anais; informações armazenadas em computadores; regulamentos; registros; entre outros. Entretanto, existem as publicações que podem servir de base para as pesquisas, tais como livros, redes eletrônicas, revistas, etc., disponíveis para acesso público. Por meio deste material pode ser feita a pesquisa bibliográfica (VERGARA, 2005).

Para Mattar (1993), o levantamento de fontes secundárias é parte integrante da

pesquisa exploratória. O autor cita os levantamentos bibliográficos, os levantamentos documentais, os levantamentos estatísticos e de pesquisas já efetuadas, como exemplos de levantamentos de dados secundários. Ressalta, porém, que não se pode tomar as pesquisas secundárias como verdades e afirma que sua importância está na descoberta de caminhos e justificativas para o objeto de estudo em foco.

Abaixo são citados alguns exemplos de dados pesquisados:

- a) informações sobre a história dos APL's brasileiros, levantadas junto à literatura existente sobre o assunto, junto aos APL's existentes no país, identificando aqueles voltados para a indústria têxtil e de confecções;
- b) informações sobre a participação das entidades públicas e privadas no desenvolvimento dos APL's brasileiros, com destaque àqueles voltados para a indústria têxtil.

4.2 A Coleta de dados para esta Pesquisa

A coleta de dados para elaboração desta pesquisa foi realizada junto a fontes secundárias, existentes no Brasil e no exterior.

De início foram feitos levantamentos junto à literatura existente sobre os APL's, suas origens, atividades, e características básicas, fazendo-se, em seguida levantamentos de dados junto a entidades e pessoas possuidoras de informações pertinentes e julgadas confiáveis.

4.2.1 Levantamento de informações junto à literatura existente

No Brasil existem vários estudos sobre a origem e o desenvolvimento dos APL's. São estudos publicados em livros, artigos e anais de congressos, disponíveis em livrarias especializadas, bibliotecas e sites específicos, relacionados ao assunto APL's ou a micro, pequenas e médias empresas.

Entretanto, em um primeiro momento a pesquisa foi direcionada para os estudos de Marshall (1982), com o objetivo de se compreender a origem dos APL's, denominados por aquele autor de indústrias localizadas, partindo-se, então, para o estudo de outros autores.

Existem várias entidades no exterior que estão preocupadas com o desenvolvimento das pequenas empresas inseridas em APL's. Porém, foi junto ao ILO -

International Institute for Labour Studies [Instituto Internacional para Estudos sobre o Trabalho] que encontramos informações mais precisas e estudos mais aprofundados sobre os distritos industriais (APL's) italianos.

Com o auxílio de vários pesquisadores europeus e americanos o ILO vem desenvolvendo, desde 1986, estudos e pesquisas sobre os APL's italianos e europeus, dentro de um programa denominado Nova Organização Industrial, que tem como foco principal a cooperação inter-firmas. Ainda na década de 1980, e na década de 1990, foram realizadas várias pesquisas publicadas pelo instituto.

Várias informações sobre os distritos italianos, principalmente sobre as Três Itálias, foram conseguidas com o estudo desses documentos.

No Brasil, uma das principais fontes encontradas, detentora de informações sobre os APL's, é o Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio (MDIC). No site do Ministério estão disponibilizadas informações sobre a história dos APL's no país, sobre sua localização e sobre as atividades desenvolvidas ao longo do tempo. Outra fonte rica em informações sobre os arranjos produtivos locais no Brasil é o Serviço Brasileiro de apoio à Pequena e Média Empresa, o SEBRAE. Esta entidade tem participado do desenvolvimento dos APL's em todo território nacional, sendo, portando, detentora de preciosas informações sobre sua história.

Outras entidades que se disponibilizaram a colaborar com esta pesquisa são a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, por meio do Decontec, departamento criado para apoio aos APL's, e a Confederação Nacional das Indústrias, que vem realizando estudos profundos sobre o desenvolvimento das pequenas e médias empresas em território nacional.

Por meio de documentos fornecidos por essas organizações, como manuais, estudos e pesquisas, foi possível ter uma idéia mais clara sobre o funcionamento e localização dos APL's no Brasil.

4.2.2 Tratamento dos dados disponíveis

As informações sobre a localização dos APL's brasileiros e atividades realizadas, sobre o setor têxtil, sobre as entidades que participam mais ativamente no apoio ao desenvolvimento dos arranjos, sobre as ações que estão sendo implementadas para que este desenvolvimento aconteça, estão disponibilizadas nos sites das diversas entidades em forma de relatórios extensos, com explicações e análises realizadas pelos técnicos responsáveis.

Quando da realização dos levantamentos relacionados à localização física dos

APL's, do tipo de produto ou serviço ao qual estavam voltados, foi necessário o contato com o setor responsável, no MDIC, por via telefônica, nos meses de novembro de 2007 e fevereiro de 2008, quando recebemos orientação adequada sobre como se obter a senha para acesso aos dados mais específicos. Obtida a senha, que é fornecida também por e.mail, foi possível acessar os dados necessários e salvar as informações, para futura impressão e tratamento.

As informações sobre a quantidade de APL's, em uma primeira pesquisa, realizada em novembro de 2007, indicavam a existência de 472 arranjos, localizados em todo o território nacional.

Em fevereiro de 2008, descobriu-se que a base de dados havia sido atualizada e o número de APL's existentes no Brasil, no momento da atualização, havia mudado, passando para 957.

Ao mesmo tempo, trouxe outros dados referentes à atuação das diversas entidades participantes do GTP APL, junto aos arranjos.

Percebeu-se, então, que poderia ser apresentado um trabalho mais bem elaborado, com informações mais precisas sobre os APL's brasileiros. Este trabalho resultou nos quadros 16, 17, 19, 20, 23, 24 e 25, nos quais podem ser conhecidos os APL's existentes no Brasil, onde estão localizados, qual o ramo de atividade que exercem e a concentração de atividades em determinadas regiões, quando isso acontece.

A Confederação Nacional da Indústria, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e o Grupo de Apoio aos APL's, do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio, publicaram e disponibilizaram em seus sites informações sobre o desenvolvimento da indústria e sobre o apoio que os APL's e a pequena empresa vem recebendo de diversas instituições, bem como que tipo de apoio estão recebendo. Essas informações, após terem sido trabalhadas, geraram os quadros 13, 14, 18 e 22.

No capítulo seguinte é descrita a caracterização dos APL's no Brasil, com destaque para aqueles do setor têxtil, podendo ser conhecidas as principais regiões em que estão localizados esses arranjos, bem como quantidade e número de cidades envolvidas no processo.

5 CARACTERIZAÇÃO DOS APL's NO BRASIL

Este capítulo está estruturada no sentido de se dar uma visão sobre os APL's no Brasil. Está dividida em duas partes: na primeira discorre-se sobre a experiência brasileira com os arranjos produtivos, sua localização, tipo de produto ou serviço ao qual está voltado, concentração de determinados produtos ou serviços em determinadas regiões brasileiras e instituições de apoio aos APL's; na segunda parte discorre-se especificamente sobre os APL's têxteis, sua quantidade, sua localização dentro das diversas regiões brasileiras e as ações de apoio ao seu desenvolvimento.

5.1 A Experiência Brasileira com os Arranjos Produtivos Locais

Nota-se uma clara preocupação por parte de entidades e pesquisadores, em compreender o que ocorre no Brasil em relação aos aglomerados de pequenas e médias empresas, voltados para uma mesma atividade, de forma coesa, dentro de um mesmo território, com o objetivo de aumentar a produtividade.

O SEBRAE (2003) passou a olhar as pequenas e médias empresas de uma forma diferenciada nos últimos anos, com o objetivo de reforçar o suporte aos micros e pequenos empresários em seus locais de atuação, respeitando o território. Esta nova forma de visão apontava para a atuação em ações coletivas, especialmente aquelas focadas nos arranjos produtivos locais, os APL's, como estratégia para o aumento de competitividade, incremento da atividade empreendedora, geração de sustentabilidade e inclusão dos micros e pequenos negócios nas políticas de desenvolvimento do Brasil, considerando, para cada arranjo, um modelo próprio de desenvolvimento, entendendo como imprescindível a observação de alguns pontos como se segue:

- a) as redes de atores locais;
- b) as potencialidades, vocações e oportunidades;
- c) as vantagens comparativas e competitivas;
- d) os recursos naturais renováveis e não renováveis;
- e) a infra-estrutura existente;
- f) o capital humano, conhecimentos, habilidades e competências das pessoas;
- g) o capital social, os níveis de confiança, cooperação, organização e participação social;

- h) a cultura local, os costumes, os valores e crenças locais, as tradições;
- i) a poupança local;
- j) a capacidade de atrair investimentos;
- k) outros fatores que pareçam relevantes dentro do processo.

Noronha e Turchi (2005) citam a criação de um grupo de trabalho interministerial no ano de 2003, envolvendo bancos públicos e agências do SEBRAE, para que se chegasse à elaboração de um programa nacional voltado aos APL's.

Garcia (2004), ao fazer um estudo sobre as inter-relações que ocorrem em duas aglomerações de empresas, uma em Franca, SP, e outra em Bento Gonçalves, RS, a elas se refere como Sistemas Locais de Produção – SLP's, por entender que é a melhor definição para descrever subsistemas como produção e logística, entre outros, que se relacionam de forma constante, tanto geográfica, como econômica e institucionalmente.

Vasconcelos, Goldszmidt e Ferreira (2005) apontam o apoio que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) está dando aos APL's paulistas, por meio da Gerência de Competitividade e Tecnologia (Decontec). Segundo os autores, a entidade atende hoje a 154 empresas de forma direta e dá assistência de forma indireta a outras 797, em todo o estado de São Paulo.

No Quadro 14, são expostos alguns pontos sugeridos pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) quando do contato com APL's:

(continua)

Pontos principais do Projeto FIESP para os APL's paulistas	Atuação
Estímulo às mudanças	Para o crescimento dos APL's, é necessário o desenvolvimento de novas competências por meio de processos contínuos de mudança. Pesquisa de mercado; consultoria para desenvolvimento e implantação de projetos, com acompanhamento contínuo; seminários de formação gerencial; treinamentos técnicos e assessoria para mudança de comportamentos e cultura são alguns dos exemplos de ferramentas que podem ser empregadas para essa finalidade.
Sistematização de Informações	À medida que as informações críticas forem sistematizadas e transformadas em subsídios para a realização do planejamento estratégico das MPMEs, inseridas ou não nos APLs, inicia-se um movimento de conscientização dos empresários, levando-os a romper a mera estratégia de sobrevivência e a vislumbrar novos planos de crescimento e desenvolvimento estratégicos.
Desenvolvimento profissional local	Outro ponto importante a destacar é que qualquer mudança deve ser feita pelos próprios protagonistas locais; do contrário corre-se o risco de se adotar políticas passadas de caráter impositivo, ou então sem conhecimento de causa sobre a realidade vivida por cada localidade. Daí a importância de se desenvolver uma coordenação entre os agentes locais, tanto públicos quanto privados.

(conclusão)

Promoção do espírito de confiança	O processo de desenvolvimento do ambiente de confiança deve ser entre todas as partes. Começa com a auto confiança dos empresários, passa pela confiança entre os empresários, a confiança dos empresários nas instituições envolvidas e, por fim, na confiança entre as instituições que atuam localmente.
-----------------------------------	---

Quadro 14: Pontos principais do Projeto FIESP para os APL's paulistas

Fonte: Adaptado de Vasconcelos, Goldszmidt e Ferreira (2005, p.20).

A Confederação Nacional das Indústrias - CNI (1988) faz a diferenciação entre os diferentes estágios de agrupamentos, considerando a existência de agrupamentos e agrupamentos avançados, nos quais há um maior impulso para a indústria local, com maior desenvolvimento tecnológico e maior intensidade no relacionamento entre empresas.

Com o objetivo de melhor compreender este assunto, aquela instituição organizou um quadro comparativo entre os dois tipos de agrupamentos, explicados no Quadro 15, como se segue:

Tipo	Agrupamento	Agrupamentos Avançados
Característica:	Aglomerção de empresas com determinado grau de articulação e que apresentam afinidade setorial ou temática	Aglomerção de empresas industriais e de serviços com alto grau de integração e com cadeia produtiva adensada e verticalizada (bens de capital, serviços produtivos, etc.)
Morfologia:	Em forma de rede ou radial	Em forma de rede ou radial
Eficiência coletiva baseada em:	Vantagem competitiva estática (escala de comercialização de insumos, transportes de produtos, etc.)	Vantagens competitivas dinâmicas (inovação tecnológica de produtos e processos)
Confiança:	Fundamentada na tradição e pouco exercida	Consolidada e exercida cotidianamente nas transações locais e até internacionais
Interatividade:	Pouco freqüente, dos agentes econômicos entre si e com o sistema nacional de inovação	Freqüente, dos agentes econômicos entre si e com o sistema nacional de inovação

Quadro 15: Características dos agrupamentos (clusters) de pequenas e médias empresas.

Fonte: Adaptado de CNI (1998, p. 12).

5.1.1 Distribuição territorial dos APL's no Brasil por ramo de atividade

No Brasil os APL's estão distribuídos por todo o território nacional. Existem arranjos que estão constituídos de forma regionalizada e outros que estão presentes em praticamente todos os estados.

O Quadro 16 mostra a distribuição dos APL's brasileiros, por tipo de atividade e por Estado Brasileiro. Nota-se a variedade de atividades que estão sendo desenvolvidas pelos APL's, bem como a existência de concentração de certas atividades em determinadas regiões do país, além da existência de atividades que estão presentes em todo o território nacional.

Entretanto deve-se levar em consideração que devido à própria dinâmica dos APL's, os números desses arranjos e as diferentes atividades exercidas nas mais diversas regiões brasileiras podem não representar a realidade atual. Existem várias instituições envolvidas com o apoio aos APL's em todo o território nacional, o que se torna um fator dificultador no sentido de levantamento de dados.

O GTP APL, vinculado ao MDIC, foi constituído com o intuito de melhorar o direcionamento das diferentes ações institucionais ligadas aos arranjos brasileiros.

(continua)

Nº	Atividade	Quantidade de APL's	Estado
1	Aço Inox	1	MG
	Álcool	1	MG
2	Agricultura Milho e Mandioca	132	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, SE, SP
3	Agroindústria	7	AC, AM, BA, CE, MG, RJ
4	Apicultura	62	AL, AM, BA, MA, PA, PB, PE, PI, RN, RR, SE, CE, MG, RJ, TO, MT, PR, SC
5	Aqüicultura/Caranguejo	26	BA, MA, PA, PB, PE, PI, RN, SE, CE, MG, RJ, PR, SC
6	Areia	2	RJ, SP
7	Artesanato	15	AM, BA, MA, PA, PB, PI, RN, RR, MG, GO, TO
8	Avicultura	6	AM, PI, MG, MT
9	Bebidas	1	RN
10	Bijouteria	1	MG
11	Biotecnologia	3	MG, RJ
12	Cachaça	20	BA, MA, PB, PE, CE, MG, ES, TO, RS
13	Calçados/Couro	10	PB, CE, MG, GO, RS, SP
14	Calcário	1	RN
15	Carcinicultura	4	MA, PI, RN, SC
16	Cerâmica	35	AC, AL, AP, BA, MA, PA, PB, PI, SE, CE, MG, RJ, ES, GO, TO, MT, MS, PR, SC, SP
17	Confecções	69	BA, MA, PB, PE, PI, RN, RO, SE, CE, MG, RJ, DF, ES, GO, TO, MT, MS, PR, RS, SC, SP
18	Conservas	1	RS
19	Construção Civil	7	AC, PE, SE, CE, MG, ES, SP

(continua)

20	Cosméticos	4	BA, MG, RJ
21	Cultura	1	AL
22	Eco Turismo	1	BA
23	Eletro Eletrônico	2	AM, MG
24	Exploração Florestal	2	AM
25	Exploração Florestal	1	SP
26	Extrativismo/Extração Vegetal	24	AM, MA, PA, RN, ES
27	Farmaco	1	AM, ES
28	Fitoterápicos	1	PA
29	Floricultura	12	BA, PA, PB, PE, CE, RJ, PR, SC, SP
30	Fogos de Artifício	1	MG
31	Fruticultura	108	AC, AM, PA, AP, BA, MA, PA, PR, PE, PI, RN, RO, RR, SE, CE, MG, RJ, ES, TO, PR, RS, SC, SP
32	Gás Natural	1	MS
33	Gemas/Jóias	11	BA, PA, PB, PI, RN MG, RJ, GO, RS, SP
34	Gesso	4	AM, PE, PI, PR
35	Grãos	1	GO
36	Hortifruti	41	AM, AP, MA, PA, PB, PE, PI, CE, MG, SP
37	Leite e Derivados	2	PI, RN
38	Madeiras/Móveis	50	AC, AL, AM, AP, BA, AM, PA, PB, PE, RO, RR, SE, CE, MG, RJ, DF, ES, GO, TO, MT, PR, RS, SC, SP
39	Metal Mecânico	33	BA, PA, CE, MG, RJ, ES, MS, PR, RS, SC, SP
40	Metal – Produtos	2	RS, SP
41	Mineração/Metais não Metálicos	1	PB
42	Ovino/Caprinocultura	76	AL, BA, MA, PB, PE, PI, RN, RO, SE, CE, MG, TO
43	ecuária Leiteira/Corte	43	AC, AL, BA, MA, PA, PB, PE, RN, RO, RR, SE, CE, MG, ES, GO, TO, MT, MS, RS
44	Psicultura/Pesca	22	AL, AM, AP, BA, PA, PE, RO, RR, SE, CE, MG, RJ, ES, TO, MS
45	Petróleo e Gás	5	BA, RN, SE, MG, RJ,
	Produtos Florestais	2	AC, AP
	Produtos Orgânicos	2	PR
46	Química	1	MG, SC
47	Rochas Ornamentais	11	AP, BA, PI, RN, CE, MG, RJ, ES, RS
48	Sal	1	RN
49	Saúde	3	PR
	Sisal	2	BA, RN
50	Suinocultura	4	MG, SC
51	Talco	1	PR
52	Tecnologia da Informação	11	AL, BA, PB, PE, RJ, DF, ES, GO, RS, SC, SP

(conclusão)

53	Transformados Plásticos	14	AL, BA, PB, MG, RJ, GO, PR, RS, SC, SP
54	Turismo	49	AL, AM, BA, MA, PA, PB, PE, PI, RN, RR, SE, CE, MG, RJ, GO, MT, MS, RS, SC
55	Vitivinicultura	2	CE, RS
Total Geral		957	

Quadro 16: APL's brasileiros

Fonte: Adaptado do MDIC (2007).

No Quadro 17, observa-se a distribuição dos APL's por região brasileira, bem como a quantidade de cidades envolvidas atualmente com as atividades dos arranjos. Os números apresentados são analisados com mais propriedade no capítulo 6.

(continua)

Número	Estado	Quantidade em 2004	Quantidade em 2007	Variação em %	Cidades em 2004	Cidades em 2007
1	Acre	7	10	42,8	25	38
2	Amazonas	16	20	25,0	56	73
3	Amapá	9	8	-12,0	26	15
4	Pará	19	120	531,0	103	148
5	Rondônia	17	14	-17,6	120	23
6	Roraima	6	15	150,0	23	23
7	Tocantins	12	11	-8,4	62	82
Total Norte		86	198	130,2	415	402
8	Alagoas	9	12	33,3	53	104
9	Bahia	16	52	225,0	129	159
10	Ceará	4	76	1.800,0	4	117
11	Maranhão	16	56	250,0	106	119
12	Paraíba	10	58	480,0	39	97
13	Pernambuco	14	20	43,8	68	75
14	Piauí	14	74	428,5	70	222
15	Rio Grande do Norte	15	60	300,0	104	216
16	Sergipe	7	20	185,7	46	49
Total Nordeste		105	428	307,6	619	1.158
17	Minas Gerais	46	88	91,3	397	287
18	Espírito Santo	16	23	43,7	91	77
19	Rio de Janeiro	16	47	193,7	53	92
20	São Paulo	51	39	-23,6	275	151
Total Sudeste		129	197	52,7	816	607
21	Distrito Federal	03	4	33,3	13	11

(conclusão)

22	Goiás	12	14	16,6	23	29
23	Mato Grosso	19	17	-11,6	82	78
24	Mato Grosso do Sul	8	16	100,0	70	80
Total Centro Oeste		42	51	21,4	188	198
25	Paraná	27	22	-18,6	211	108
26	Rio Grande do Sul	47	28	40,5	610	354
27	Santa Catarina	36	33	-8,4	392	190
Total Sul		110	83	-25,55	1.213	652
Total Geral de APL's		472	957	102,7	3.251	3.017

Quadro 17: Distribuição dos APL's Brasileiros

Fonte: adaptado do MDIC (2007).

5.1.2 Grupo de apoio aos APL's brasileiros

A necessidade de incentivar a geração de mais empregos e mais renda, além de estimular as exportações brasileiras, principalmente a exportação de produtos das pequenas e médias empresas, levou o governo a criar um grupo de apoio aos APL's, o Grupo de Trabalho Permanente para os Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), reconhecendo assim a importância dos mesmos na participação do desenvolvimento econômico e social, bem como na promoção da melhoria das condições de vida dos brasileiros. Esta percepção levou a maior apoio a grupos de empresas, em vez de apoio a empresas isoladas. Mesmo o tamanho das empresas deixa de ter muita importância, pois o conjunto é o foco, gerando um maior potencial competitivo, resultante da cooperação inter firmas (GTP APL, 2006).

De acordo com o SEBRAE (2003), o trabalho com os APL's brasileiros faz com que haja uma mobilização de vários segmentos sociais, tais como:

- a) empresários individuais;
- b) sindicatos;
- c) associações de classe;
- d) entidades de capacitação profissional;
- e) entidades de educação;
- f) entidades de crédito;
- g) entidades de tecnologia;
- h) entidades religiosas;
- i) outras.

O GTP APL é composto por 33 instituições governamentais e não governamentais. Contempla um leque de entidades voltadas para o desenvolvimento empresarial, com destaque para as pequenas empresas. São entidades de abrangência nacional, coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (GTP APL, 2006).

O Quadro 18 apresenta as entidades integrantes do GTP APL, envolvidas diretamente com o apoio aos APL's brasileiros.

(continua)

Entidades Integrantes do GTP APL	Sigla
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	MDIC
Superintendência da Zona Franca de Manaus	SUFRAMA
Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial	INMETRO
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	BNDES
Agência de Promoção de Exportações do Brasil	APEX
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	SEBRAE
Ministério da Fazenda	MF
Banco do Brasil S.A.	BB
Caixa Econômica Federal	CEF
Banco do Nordeste do Brasil S.A	BNB
Banco da Amazônia S.A	BASA
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	SEPLAN
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	IPEA
Ministério do Desenvolvimento Agrário	MDA
Ministério da Integração Nacional	MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales de São Francisco e do Parnaíba	CODEVASF
Ministério do Trabalho e Emprego	MTE
Ministério do Turismo	MT
Ministério de Minas e Energia	MME
Ministério da Educação	MEC
Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento	MAPA
Ministério do Meio Ambiente	MMA
Ministério da Ciência e da Tecnologia	MCT
Financiadora de Estudos e Projetos	FINEP
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	CNPq
Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação	CONSECTCI
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	EMBRAPA
Confederação Nacional da Indústria	CNI
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI
Instituto Euvaldo Lodi	IEL
Movimento Brasil Competitivo	MBC

(conclusão)

Banco BRADESCO S.A	BRADESCO
Instituto de Pesquisas Tecnológicas	IPT

Quadro 18: Relação das entidades participantes do GTP APL

Fonte: Adaptado do MDIC (2007, p. 4).

O GTP APL (2006) está voltado para a implantação de um trabalho integrado entre o governo e as instituições parceiras envolvidas no processo, com o fim precípua de dar aos APL's mais sustentação para que possam alcançar melhores índices de competitividade e um melhor patamar de desenvolvimento no que diz respeito à sua condição econômica, social, ambiental e tecnológica. Os arranjos são apoiados por todas as instituições parceiras, de acordo com a região e a possibilidade de acesso da instituição ao APL. Alguns arranjos recebem apoio de mais de uma instituição, o que não quer, necessariamente dizer que estejam recebendo maior ou menor apoio, pois todos os APL's recebem o apoio direto da extensão regional daquele grupo de trabalho.

Foram identificados, de início, 11 APL's, considerados pilotos, sendo esta lista acrescida, posteriormente, de mais 5 arranjos por estado, considerados prioritários, pelas suas características e localização em cidades pólos situadas em regiões estabelecidas pela Câmara de Política Regional de Desenvolvimento Regional da Casa Civil da Presidência da República. Para o período 2008-2010, aquela relação foi acrescida de mais cinco APL's por estado, para terem prioridade no atendimento e apoio pelo GTP APL. A escolha foi feita pelas Secretarias Estaduais, envolvidas no processo, de acordo com a característica produtiva de cada região e as necessidades setoriais. Ao todo estão sendo priorizados cerca de 280 APL's, envolvendo aproximadamente 1.000 municípios brasileiros, que abrangem cidades de pequeno, médio e grande porte, inclusive capitais. A relação dos APL's prioritários está disponibilizada no site do MDIC.(GTP APL, 2006).

As instituições participantes do GTP APL apresentaram, após dois anos de trabalho junto aos APL's, as medidas de apoio que estão sendo implementadas no sentido de que o propósito do grupo seja alcançado.

São cinco as áreas principais de atuação das instituições, quais sejam:

- a) investimento e Financiamento, com vistas a dar apoio ao processo de desenvolvimento local;
- b) consolidação do relacionamento entre as firmas envolvidas, por meio do processo de governança e cooperação;

- c) promoção da capacitação tecnológica, com tecnologia e inovação;
- d) desenvolvimento de capital humano, de acordo com as necessidades de cada APL, por meio da formação e da capacitação dos indivíduos;
- e) A promoção do acesso aos mercados nacional e internacional.

No Quadro 19, apresentam-se exemplos de ações que estão sendo desenvolvidas pelas diferentes entidades participantes do GTP APL, e o objetivo dessas ações.

(continua)

Instituição de Apoio	Ação	Objetivo das Ações realizadas junto aos APL's
APEX BRASIL	-Promoção de exportações de empresas brasileiras, por meio de feiras internacionais, missões comerciais, projeto comprador, com a recepção de compradores internacionais, projeto imagem, com a vinda de jornalistas estrangeiros ao país, material promocional, com o desenvolvimento de catálogos e material de apoio, inteligência comercial, com a integração de informações nacionais e internacionais.	-Acesso ao mercado externo.
Banco da Amazônia	-Apoio à prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares. -Elaboração de estudos setoriais de cadeias produtivas regionais -Apoio à pesquisa	-Formação e capacitação em conhecimento e tecnologia; -Acesso ao mercado interno e externo; -Formação e capacitação de recursos humanos.
Banco do Brasil	-Financiamento de investimentos -Apoio à inserção das micros e pequenas empresas no comércio exterior -Apoio à disseminação da cultura cooperativista -Empréstimo para capital de giro	-Financiamentos a projetos de investimentos , para geração de trabalho e renda; -Acesso aos mercados interno e externo; -Governança e cooperação; -Investimento e financiamento.
Universidade Corporativa do Banco do Brasil	Estímulo e promoção do aprendizado nas micros e pequenas empresas	-Desenvolvimento sustentável.
Banco do Nordeste do Brasil S/A	-Apoio à inovação tecnológica -Apoio a programas e projetos que visem prestar assistência técnica às atividades produtivas Desenvolvimento territorial	-Tecnologia e inovação; -Formação e capacitação de recursos humanos; -Governança e cooperação, com a estruturação de projetos produtivos ligados a APL's.
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Financiamento de Caminhões Financiamento à produção de bens para exportação	-Programa Pró Caminhoneiro; -Apoio à exportação.

(conclusão)

Banco BRADESCO	Investimento e financiamento	-Capital de giro APL – atendimento às necessidades de capital de giro das pequenas empresas.
Caixa Econômica Federal	Girocaixa	-Financiamento para capital de giro das pequenas empresas.
Confederação Nacional da Indústria - CNI	Procompi – Uma parceria entre a CNI e o SEBRAE para apoiar as micro e pequenas empresas	-Apoio a todas as áreas, de acordo com a demanda.
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba	Investimento, governança, cooperação, tecnologia, inovação, formação e capacitação	-Desenvolvimento agrícola , agropecuário e agroindustrial.
Empresa Brasileira de Agropecuária - EMBRAPA	Apoio aos APL's que possuam demanda tecnológica do setor agropecuário	-Formação e capacitação tecnológica em agropecuária
Instituto Euvaldo Lodi	Atuação em APL's, desde que haja interesse industrial	-Acesso ao mercado interno e externo, formação e capacitação, tecnologia e informação, entre outros.
Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial	Apoio à superação de barreiras técnicas	-Acesso aos mercados interno e externo.
Ministério da Indústria e Comércio, Ministério da Ciência e da Tecnologia	Programa de apoio tecnológico à exportação	-Fortalecimento, principalmente das micro e pequenas empresas para que possam se inserir no mercado externo.
SEBRAE	PRUMO – Projeto Unidades Móveis	-Fortalecimento tecnológico local das micro e pequenas empresas.
Movimento Brasil Competitivo	Seminário de Inovação realizado em dez estados brasileiros, com a criação de um manual de inovação	-Consolidar a atividade de difusão da inovação.

Quadro 19: Ações desenvolvidas junto aos APL's brasileiros por componentes do GTP APL
 Fonte: Adaptado do MDIC (2007, p. APL).

5.1.3 Políticas públicas dirigidas aos APL's

Em uma parceria que envolve os governos municipais, estaduais e federal, as ações dirigidas a apoiar o desenvolvimento dos APL's procuram dar aos aglomerados acesso aos fatores externos com o objetivo de tirar o máximo aproveitamento das condições locais no que diz respeito à produção industrial e de serviços, com vistas ao desenvolvimento econômico local, regional e nacional.

De acordo com o GTP APL (2006) há um cuidado especial no sentido de que não sejam implantadas medidas geradas de cima para baixo, sem respeito às peculiaridades locais e à posição dos diversos atores locais no processo.

Os focos principais para desenvolvimento dentro dos APL's, de acordo com o GTP APL (2006) são:

- a) especialização produtiva localizada: visa a especialização de grupos específicos, dentro do conglomerado, encarregados das diferentes fases do processo produtivo, gerando ganhos coletivos, levando à inovação, à melhoria de design e à busca de nichos especializados;
- b) construção de capacidade tecnológica: visa levar ao APL inovações tecnológicas externas que possam ser disseminadas dentro do aglomerado, aproveitando-se, assim, a capacidade de reprodução da prática produtiva e da capacidade tecnológica;
- c) capital humano diferenciado e empreendedorismo: visa incentivar o desenvolvimento do capital humano, tanto formal quanto informalmente, contribuindo, assim, para a troca e incremento do conhecimento disponível dentro do aglomerado, levando à geração de inovações por meio do desenvolvimento profissional especializado;
- d) acesso aos mercados nacional e internacional: visa dar condições ao APL no sentido de desenvolver sua capacidade de acesso aos mercados através da melhoria na qualidade do produto e na inovação tecnológica, levando a condições melhores de competição, tanto dentro do país, como no exterior, bem como dar condições para negociação com as empresas líderes, externas ao arranjo.

5.1.4 Arranjos produtivos prioritários

O GTP APL (2007) priorizou, para o período de 2008 a 2010, o número de 5 APL's por estado, selecionados de acordo com as prioridades regionais e em parceria com a instituições locais. O Quadro 20, abaixo, mostra a dimensão da importância dos APL's para a população envolvida, traz alguns dados referentes ao número de empresas e de empregos vinculados aos arranjos. Como o trabalho é recente ainda não foi possível ter os dados relativos à maioria dos APL's. O objetivo do quadro é apresentar dados que possam servir como exemplo do atendimento aos arranjos selecionados.

Nome do APL	Tipo de Indústria ou Serviço	Quantidade de Empregos	Quantidade de Empresas
Rio Branco - AC	Móveis	1.288	342
Ilhéus - BA	Turismo	6.641	733
Brasília - DF	Reciclados	5.100	54
São Mateus - ES	Fruticultura do Coco	25.000	5.000
São Luiz de Montes Belos- GO	Lácteo	12.609	5.119
Divinópolis - MG	Fundição	4.855	124
Soure - PB	Turismo	614	-
Curitiba - PR	Software	1.062	165
Duque de Caxias - RJ	Móveis	220	10
Natal - RN	Água Mineral	1.300	16
Porto Velho - RO	Agricultura/Apicultura	96	38
Cantá - RR	Apicultura	24	2
Aracajú - SE	Petróleo e Gás	10.000	1.870

Quadro 20: Dimensão de um APL

Fonte: Adaptado do MDIC (2007).

5.2 Os APL's Têxteis no Brasil

Os APL's têxteis estão distribuídos por quase todo território nacional, no total de 70 arranjos. Esta seção tem por objetivo passar mais detalhes sobre a presença deste tipo de arranjos produtivos locais na economia brasileira.

5.2.1 A cadeia têxtil brasileira

Para que se possa compreender com mais exatidão a importância do desenvolvimento dos APL's têxteis no Brasil é preciso que se compreenda a importância da cadeia têxtil, não só para o país, como um todo, mas também em termos mundiais.

Segundo documento elaborado pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2002) a cadeia têxtil brasileira está estruturada em três grandes segmentos industriais, distintos entre si, quais sejam:

- a) fornecedores de fibras e filamentos químicos, do setor químico;

- b) fornecedores de fibras naturais, do setor agropecuário; e,
- c) indústrias do setor de manufaturados têxteis, responsáveis por fios, tecidos e malhas, e indústrias da confecção de bens acabados.

De acordo com o SEBRAE (2006), as cadeias orientadas por compradores, com produção descentralizada é o que caracteriza, fundamentalmente, a CTC – Cadeia Têxtil e de Confecção dos países desenvolvidos, sendo que os países localizados no Terceiro Mundo, exportadores desses produtos, são os grandes responsáveis pelo suprimento de matéria prima e de produtos manufaturados aos grandes varejistas internacionais que, por seu lado detêm as companhias e as marcas responsáveis pelo comércio desses produtos. Essas grandes empresas adquirem seus produtos de um grande número de países exportadores.

O Brasil ainda tem uma participação muito insignificante no mercado mundial de têxteis e confecções, perto de 0,5%, com ênfase para a área têxtil e de algodão, tendo, entretanto, se tornado nos últimos anos o principal produtor de algodão, por hectare, produzindo acima de uma tonelada, quando a produção mundial por hectare é de 0,675t. Isto tem dado ao país grandes vantagens em termos de custo de produção e em termos de exportação dos produtos da Cadeia Têxtil e de Confecções - CTC, já que o mercado está em grande expansão no mundo todo, segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - ABIT (2007).

Para o SEBRAE (2006) o mercado mundial tem hoje algumas tendências claras em relação aos padrões internacionais da CTC, tanto no que se refere à produção quanto no que se refere ao consumo, quais sejam:

- a) as fibras químicas irão ocupar mais espaço no mercado;
- b) a moda irá ditar os padrões de venda;
- c) haverá maior atenção à gestão da cadeia de suprimentos e, por último;
- d) haverá forte tendência à mudança de localização das atividades da CTC, de acordo com as possibilidades de redução no custo de mão-de-obra e facilidade de acesso aos mercados fornecedores de matéria prima e/ou produtores.

De acordo com Prochnik (2003) este aumento de produtividade da cotonicultura, tornou o algodão brasileiro o segundo mais competitivo em termos mundiais, perdendo apenas para a produção chinesa. Com isso o país passou novamente a ser um dos grandes exportadores do produto.

Um estudo feito pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – ABIT (2002), identificou a existência de 30 mil empresas atuando na cadeia da CTC em nosso país. Essas empresas eram, então, responsáveis por 1,5 milhão de empregos diretos, que geraram um faturamento, no ano de 2001, de 22,7 bilhões de dólares, alcançando o valor de 1,3 bilhões de dólares nas exportações.

A mesma ABIT publicou novos dados em agosto de 2007, mostrando uma evolução importante do setor, considerando-se que nos anos anteriores enfrentou-se muitas dificuldades por causa da abertura comercial, que facilitou a entrada de produtos estrangeiros com maior poder de concorrência neste mercado, dados estes apresentados no Quadro 21:

Dados 2006		Dados 2001	
Numero de Empresas	30.000	30.000	Manteve *
Empregos Diretos	1.650.000	1.500.000	Acréscimo de 10,0%
Exportações	U\$2,1 bilhões	U\$ 1,3 bilhões	Acréscimo de 61,5%
Investimentos para o período 2004-10	U\$8,0 bilhões	Período 1990 a 99 U\$ 10,0 bilhões	Acréscimo de 33,3%
Faturamento	U\$33,0 bilhões	U\$ 22,7 bilhões	Acréscimo de 45,3%

Quadro 21: Dados sobre a cadeia têxtil brasileira
Fonte: Adaptado da ABIT (2007, p. 2).

Acrescente-se que a cadeia têxtil, em 2006, passou a representar, aproximadamente, 17,5% do PIB da Indústria de Transformação (ABIT, 2007).

De acordo com o SENAI (2004), levando-se em conta o peso social do setor na manutenção do emprego, este torna-se relevante para o Brasil, ainda mais se for considerado que tem adquirido maquinário de última geração, tem investido sobremaneira no desenvolvimento tecnológico, dando capacitação aos profissionais da área, gerando sensíveis aumentos de produtividade, elevando a competitividade dos produtos brasileiros.

Com a grande concorrência que se desenvolveu a partir dos anos 1990, as empresas brasileiras ligadas ao setor têxtil, apoiadas por programas governamentais e medidas de proteção do mercado nacional, tomadas a partir de 1995, investiram fortemente na modernização do parque industrial, substituindo máquinas obsoletas ou com idade avançada, por outras modernas, de primeira linha em termos mundiais, em um esforço concentrado no sentido de tornar o complexo têxtil mais competitivo. Com esta medida seguiu a tendência mundial, visando atender a demanda que vem se expandindo ano a ano, em consequência da abertura comercial e da queda de barreiras protecionistas, fato que levou o setor a ser o

primeiro na globalização de seus produtos, desde a matéria prima até os produtos acabados (SENAI, 2004).

Esta modernização trouxe também o desenvolvimento de novos tecidos, o aprimoramento no uso de equipamentos, com a introdução da microeletrônica e o aprimoramento dos procedimentos organizacionais, como o uso de células de produção, por exemplo. Por outro lado as alterações que aconteceram na macroeconomia mundial tiveram, também, efeitos positivos em nosso país, já que provocaram uma mudança de atitude no que diz respeito à qualidade da mão-de-obra, atendendo às exigências da concorrência (SENAI, 2004).

No Quadro 22 são apresentadas informações sobre o setor têxtil no Brasil:

Tipo de Informação	Quantidades/Valores
Número de empresas	30.000
Empregos diretos	1.650.000
Posição no mercado de trabalho	Segunda maior empregadora formal na Indústria de Transformação, com 14% dos empregos.
Geração de postos de trabalho/aumento de produção	A primeira maior geradora de postos/aumento da produção
Postos de trabalho/sexo do trabalhador	75% dos postos de trabalho são ocupados por mulheres
Matéria prima	Auto-suficiente na produção de algodão
Produção	7,2 bilhões de peças produzidas anualmente
Produção de Índigo	Segunda maior produtora mundial
Produção de malhas	Terceira maior produtora mundial
Produção de confecção	Quinta maior produtora mundial
Produção de têxteis	Sétima maior produtora mundial
Cursos superiores	92 cursos superiores para moda, tecnologia e engenharia têxtil
Investimentos anuais	US\$1,0 bilhão por ano
Faturamento anual	US\$ 33,0 bilhões em 2006 Valor equivalente a 17% do PIB nacional da indústria de transformação
Exportações	US\$ 2,1 bilhões em 2006
Países Importadores	O Brasil exporta hoje para 170 países.
Participação no comércio mundial	O Brasil participa com menos de 0,5% do comércio mundial de têxteis e confecções.
Estabilidade de preços	Entre julho de 1994 e janeiro de 2007 o preço do vestuário teve um aumento de apenas 15,4%, o menor em relação a outros importantes setores. No geral o índice foi de 174,1%.
Perfil do trabalhador na Indústria Têxtil	Apenas 27% tem segundo grau completo, sendo que, desses, apenas 1% tem superior completo. 57% tem até a oitava série, que foi concluída apenas por 29%

Quadro 22: Números da cadeia têxtil
Fonte: Adaptado da ABID (2007, p. 6).

5.2.2 Localização dos APL's do setor têxtil no Brasil

Os APL's têxteis estão distribuídos por quase todo território nacional, envolvendo um maior número de cidades do Sudeste e do Sul do país, como mostra o Quadro 23:

Estado	Quantidade de Arranjos	Número de Cidades Envolvidas	Região do País
AM	1	1	Norte
RO	1	29	Norte
Total Norte	2	30	
BA	2	2	Nordeste
MA	1	1	Nordeste
PB	7	4	Nordeste
PE	1	4	Nordeste
PI	2	3	Nordeste
RN	4	4	Nordeste
SE	2	2	Nordeste
CE	4	4	Nordeste
Total Nordeste	23	24	
MG	8	32	Sudeste
RJ	7	14	Sudeste
SP	8	10	Sudeste
ES	2	11	Sudeste
Total Sudeste	25	67	
DF	1	9	Centro Oeste
GO	2	5	Centro Oeste
MS	1	11	Centro Oeste
MT	2	2	Centro Oeste
Total Centro Oeste	6	27	
PR	6	65	Sul
RS	2	48	Sul
SC	6	38	Sul
Total Sul	14	151	
Total de APL's Têxteis	70	299	

Quadro 23: Distribuição dos APL's têxteis por região brasileira
Fonte: Adaptado do MDIC (2007).

Dada a importância da área têxtil na geração de empregos e na contribuição para a balança comercial brasileira tem havido por parte do governo brasileiro uma atenção especial

a esses APL's, com o envolvimento de vários órgãos que fazem parte do Grupo de Trabalho formado no Ministério da Indústria e Comércio, voltado exclusivamente para o apoio ao desenvolvimento dos Arranjos Produtivos no Brasil.

O Quadro 24 mostra a distribuição dos APL's têxteis por estado, por região e, também, as instituições responsáveis pelo apoio ao arranjo, além da cidade pólo:

(continua)

ESTADO DA FEDERAÇÃO	Região Geográfica	CIDADE PÓLO DO APL	Qt. INST. ENV.	NOME DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS
Amazonas	Norte	Carauari	1	BB
Bahia	Nordeste	Ibirapuã	1	BB
Bahia	Nordeste	Salvador	9	BNB, BB, SEBRAE, MDIC, CAIXA, IEL, SECTI BA, MEC, CNI
Ceará	Nordeste	Fortaleza	1	SISTEMA C e T
Ceará	Nordeste	Frecheirinha	2	SEBRAE, SDE CE
Ceará	Nordeste	Jaguaruana	4	BNB, SEBRAE, CNI, IEL
Ceará	Nordeste	Sobral	1	SISTEMA C e T
Distrito Federal	Centro Oeste	Brasília	6	APEX-BRASIL, MDIC, BRADESCO, BB, CAIXA, SEBRAE
Espírito Santo	Centro Oeste	Colatina	9	BRADESCO, SEBRAE, SISTEMA C e T, BNB, CAIXA, CNI, APEX-BRASIL, MEC
Espírito Santo	Centro Oeste	Vitória	8	BRADESCO, SEBRAE, SEDETUR ES, BNB, CAIXA, CNI, APEX-BRASIL, MEC
Goiás	Centro Oeste	Goiânia	6	BB, CAIXA, MEC, APEX-BRASIL, MDIC, BRADESCO
Goiás	Centro Oeste	Jaraguá	4	BB, SEBRAE, MDIC, CAIXA
Maranhão	Nordeste	São Luiz	1	CNI
Minas Gerais	Sudeste	Divinópolis	3	CAIXA, APEX-BRASIL, SEBRAE
Minas Gerais	Sudeste	Formiga	2	IEL, CAIXA
Minas Gerais	Sudeste	Jacutinga	3	CAIXA, MDIC, APEX-BRASIL
Minas Gerais	Sudeste	Juruáia	1	SEBRAE
Minas Gerais	Sudeste	Muriaé	4	SEBRAE, MDIC, CAIXA, APEX-BRASIL
Minas Gerais	Sudeste	Poços de Caldas	1	SEBRAE
Minas Gerais	Sudeste	São João Nepomuceno	1	MDIC, SEBRAE, IEL, CAIXA, APEX-BRASIL
Minas Gerais	Sudeste	Uberlândia	1	APEX-BRASIL
Mato Grosso do Sul	Centro Oeste	Campo Grande	5	APEX-BRASIL, MDIC, MEC, BRADESCO, SEBRAE
Mato Grosso	Centro Oeste	Cuiabá	6	BB, SISTEMA C e T, SICME MT, SEBRAE, CNI, MEC
Mato Grosso	Centro Oeste	Rondonópolis	6	CNI, MEC, SICME MT, SISTEMA C e T, SEBRAE, BB

(continua)

Paraíba	Nordeste	Alagoa Nova	1	SEBRAE
Paraíba	Nordeste	Cajazeiras	1	BB
Paraíba	Nordeste	Campina Grande	2	BRADESCO, APEX-BRASIL
Paraíba	Nordeste	João Pessoa	3	BRADESCO, MEC, SEBRAE
Paraíba	Nordeste	Monteiro	1	SEBRAE
Paraíba	Nordeste	Santa Luzia	1	BB
Paraíba	Nordeste	São Bento	3	BB, CNI, SEBRAE
Pernambuco	Nordeste	Caruaru	7	BNB, SEBRAE, SISTEMA C e T, CAIXA, BRADESCO, MDIC, APEX-BRASIL
Piauí	Nordeste	Pedro II	4	MEC, SISTEMA C e T, SEBRAE
Piauí	Nordeste	Terezina	5	APEX-BRASIL, SISTEMA C e T, BRADESCO, MEC, SEBRAE
Paraná	Sul	Apucarana	7	BB, CAIXA, SEBRAE, BRADESCO, MEDIC, IEL, APEX-BRASIL
Paraná	Sul	Cascavel	2	SEIM PR, CAIXA
Paraná	Sul	Imbituva	1	IEL
Paraná	Sul	Londrina	1	MDIC
Paraná	Sul	Maringá	10	MDIC, IEL, BRADESCO, APEX-BRASIL, CNI, SEBRAE, MEC, SEIM PR, CAIXA, BB
Paraná	Sul	Terra Roxa	3	SEBRAE, IEL, MEC
Rio de Janeiro	Sudeste	Cabo Frio	2	BB, SEDE RJ
Rio de Janeiro	Sudeste	Campos dos Goytacazes	1	SEDE RJ
Rio de Janeiro	Sudeste	Itaperuna	1	SEDE RJ
Rio de Janeiro	Sudeste	Nova Friburgo	8	MDIC, SEBRAE, BB, SISTEMA C e T, BRADESCO, APEX-BRASIL, CAIXA, SEDE RJ
Rio de Janeiro	Sudeste	Petrópolis	4	SEDE RJ, APEX-BRASIL, SEBRAE, BRADESCO
Rio de Janeiro	Sudeste	Teresópolis	1	BRADESCO
Rio de Janeiro	Sudeste	Valença	1	SEDE RJ
Rio Grande do Norte	Nordeste	Natal	1	BB
Rio Grande do Norte	Nordeste	Santa Cruz	3	MDIC, APEX-BRASIL, SEDEC RN
Rio Grande do Norte	Nordeste	Caiacó	5	BB, SEBRAE, BNB, IEL, SEDE RN
Rio Grande do Norte	Nordeste	Jardim de Piranhas	4	SEDEC RN, SEBRAE, BNB, SISTEMA C e T
Rondônia	Norte	Porto Velho	1	SISTEMA C e T
Rio Grande do Sul	Sul	Caxias do Sul	7	BB, MDIC, SEBRAE, CNI, APEX-BRASIL, CAIXA, MEC
Rio Grande do Sul	Sul	Nova Petrópolis	3	CAIXA, APEX-BRASIL, SEBRAE
Santa Catarina	Sul	Blumenau	9	APEX-BRASIL, IEL, BRADESCO, SEBRAE, SISTEMA C e T, MDIC, SEPLAN SC, CAIXA, CNI

(conclusão)

Santa Catarina	Sul	Chapecó	1	SEBRAE
Santa Catarina	Sul	Jaraguá do Sul	4	MEDIC, BRADESCO, MEC, SEBRAE
Santa Catarina	Sul	Joinville	1	MDIC
Santa Catarina	Sul	Rio do Sul	1	CAIXA
Santa Catarina	Sul	São Miguel do Oeste	1	SEBRAE
São Paulo	Sudeste	Americana	2	BB, APEX-BRASIL
São Paulo	Sudeste	Araraquara	1	APEX-BRASIL
São Paulo	Sudeste	Ibitinga	6	SEBRAE, APEX-BRASIL, CNI, BRADESCO, MDIC, MEC
São Paulo	Sudeste	Jundiaí	1	SISTEMA C e T
São Paulo	Sudeste	Novo Horizonte	1	SEBRAE
São Paulo	Sudeste	São Paulo	2	APEX-BRASIL, MDIC
São Paulo	Sudeste	Tabatinga	1	SEBRAE
São Paulo	Sudeste	Cerquilha	1	SEBRAE
Sergipe	Nordeste	Divina Pastora	2	MEC, SISTEMA C e T
Sergipe	Nordeste	Tobias Barreto	7	MEC, SISTEMA C e T, SEBRAE, CNI, APEX-BRASIL, MDIC, BNB

Quadro 24: APL's têxteis por estado e por região
 Fonte: Adaptado do MDIC (2007).

De acordo com o MDIC (2007) foi feito um levantamento das instituições envolvidas com os APL's em todo o Brasil, com o intuito de se identificar aqueles APL's que estavam sendo atendidos por mais de uma instituição, evitando-se, assim, duplicidade de ações, que poderiam prejudicar o atendimento aos arranjos.

O Quadro 25 mostra as instituições envolvidas como os APL's voltados para a área têxtil, em todo o Brasil, no total de 70 arranjos.

(continua)

Instituição	Quantidade de APL's atendidos
SEBRAE	41
APex Brasil	27
MDIC	22
CAIXA	20
BB	20
BRADESCO	15
MEC	15
SISTEMA C e T	15
CNI	13
IEL	10

(conclusão)

SEDE RJ	7
BNB	7
SEDEC RN	3
SEIM PR	2
SECME MT	2
SDE CE	1
SEDETUR ES	1
SEPLAN SC	1
SECTI BA	1

Quadro 25: Instituições que apóiam os APL's têxteis
 Fonte: Adaptado do MDIC (2007).

A presença de mais de uma instituição no apoio ao APL não quer dizer que o mesmo esteja recebendo maior apoio, da mesma forma que o oposto, a presença de uma instituição, somente, não significa falta de apoio, já que cada arranjo produtivo tem o apoio necessário para seu desenvolvimento e a participação dos técnicos do GTP APL, por meio de seus núcleos em cada estado, sempre que necessário (GTP APL, 2007).

5.2.3 Projeto extensão industrial exportadora

Objetivando aumentar a exportação de produtos industriais pelas pequenas e médias empresas inseridas em APL's, foi desenvolvido o PEIEx – Projeto Extensão Industrial Exportadora, que tem como objetivos principais: incrementar a competitividade das empresas, disseminar a cultura exportadora, ampliar o acesso a produtos e serviços de apoio disponíveis nas instituições de governo e do setor privado, introduzir melhorias tecnológicas e técnico-gerenciais, contribuir para a elevação dos níveis de emprego e de renda, promover a capacitação para a inovação e, promover a inovação e cooperação entre as empresas (APL's) e instituições de apoio.

Além dessas ações voltadas diretamente para o desenvolvimento da exportação, objetivando a melhoria de condições dentro dos arranjos produtivos, o projeto tem participação importante na estruturação dos arranjos e na aplicação da política industrial brasileira, como um todo, já que: reconhece a composição do núcleo estratégico do arranjo, promove o atendimento às empresas ou grupos de empresas participantes do Arranjo, com a participação de técnicos ou grupos de técnicos extensionistas, sensibiliza e garante meios para

que novas empresas se engajem na gestão do APL, envolve novas empresas no processo de construção ou atualização do Plano de Desenvolvimento do APL, compromete instituições locais de ensino e pesquisa com os demais atores e com a dinâmica do APL, identifica as potenciais instituições para firmar convênios, em conjunto com as entidades parceiras dos APL's, seleciona as instituições para celebração de convênios, seleciona e faz o recrutamento da equipe técnica do núcleo operacional e capacita a equipe técnica do núcleo operacional.

De acordo com o MDIC (2006), a metodologia usada pelo PEIEx é resultado da experiência acumulada de instituições envolvidas com pequenas e médias empresas, e APL's, como se segue:

- a) projeto Extensão Empresarial do Governo do Rio Grande do Sul, que atua nesta área desde 1999;
- b) ações desenvolvidas pelo SEBRAE junto aos APL's;
- c) projetos de promoção comercial da APEX Brasil;
- d) projeto REDEAGENTES da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC.

A estruturação do PEIEx foi concebida com uma estrutura definida pelo MDIC, apresentada no Quadro 26.

Responsabilidade	Descrição
Coordenação Geral	Exercida pelo MDIC, por meio da Secretaria do Desenvolvimento e Produção, pelo Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, pelo SEBRAE e APEX Brasil
Comitê Consultivo	No âmbito regional, por representantes dos governos municipais e estaduais, por entidades de classe e instituições de apoio.
Governança Local	Exercida pelas instituições vinculadas aos Arranjos. Interage com o Núcleo Operacional, disponibilizando o banco de dados das empresas, auxilia na elaboração e na análise do diagnóstico do APL e auxilia no desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento.
Núcleo Operacional	Cabe ao Núcleo Operacional o atendimento às empresas do APL, tendo a seguinte composição: Coordenador, monitor extensionista, sete técnicos extensionistas e quatro estagiários.

Quadro 26: Estrutura do PEIEx
Fonte: Adaptado do MDIC (2007).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi verificar como os APL's brasileiros estão distribuídos no território brasileiro, identificando a quantidade de arranjos por setor produtivo e por região, seu desenvolvimento nos últimos anos e ações que estão sendo realizadas no sentido de promover esse desenvolvimento, detendo-se nos APL's voltados para a indústria têxtil.

Compreende-se que o Brasil tem dimensões muito diferentes da maioria dos países europeus, onde houve a constatação dos primeiros arranjos produtivos, então chamados por Marshall (1982) de distritos industriais, quando de sua análise sobre as razões, vantagens e desvantagens das indústrias localizadas, bem como as razões pelas quais se formavam.

Pelo que se pode verificar, os APL's estão tendo um desenvolvimento muito grande em nosso país, dando razão para afirmar que está havendo um apoio maior aos arranjos formados por micros, pequenos e médios empresários, basicamente, em uma forma de resgatar o valor deste tipo de empresas para a economia nacional.

Vale ressaltar que a existência de um APL não implica em participação pública oficial na formação e no desenvolvimento do arranjo. O APL surge naturalmente da ação dos diferentes agentes envolvidos com sua dinâmica, em um determinado território geográfico, promovendo o crescimento das diferentes empresas dessa região, em sua maioria pequenas e médias empresas.

6.1 Quantidade de Arranjos Produtivos Locais Brasileiros

Ao se observar o levantamento dos APL's brasileiros, em 2004, constatou-se a existência de 472 arranjos. Em um segundo levantamento, em 2007, o Grupo de Apoio aos APL's, do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior, constatou que este número havia crescido em 102,7%, passando para 957 APL's, distribuídos em todo o território nacional, desenvolvendo os mais diferentes tipos de atividades.

Entretanto estes números não são estáticos devido à própria dinâmica da formação e do desenvolvimento de um APL, e variam constantemente. Deve-se levar em conta que muitos APL's são formados em uma determinada região com o auxílio de instituições privadas e só depois passam a receber auxílio dos poderes públicos, passando a ser reconhecidos como arranjos produtivos para que possam ter acesso a verbas públicas destinadas ao desenvolvimento dos APL's, em todo o território nacional.

Assim, o número de 957 APL's brasileiros, encontrado no último levantamento feito pelo GTP APL (2007), pode não refletir a realidade de momento, já que podem ter sido constituídos outros APL's nas mais diferentes regiões brasileiras, como outros podem estar sendo encerrados, por inúmeras razões ligadas à dinâmica local.

O quadro 17, à página 60, mostra que o maior desenvolvimento de APL's se deu nas regiões mais carentes do país, no Norte e no Nordeste, com um aumento de 130,2% e 307,6%, respectivamente. No Norte do Brasil houve uma evolução de 86 para 198 arranjos; no Nordeste essa evolução foi de 105 para 428 arranjos. Na região Sudeste houve um aumento de 52,7%, de 129 para 197 APL's, considerando-se, porém, que o Estado de São Paulo teve uma redução no número de APL's, da ordem de 23,6%, ou seja, passou de 51 arranjos, em 2004, para 39, em 2007. A região Sul teve uma redução de 25,6%, passando de 110 arranjos, em 2004, para 83 em 2007.

6.1.1 Cidades envolvidas com os APL's

Um dado que também pode ser observado no quadro 17 e deve ser levado em conta, é que mais de 3.000 cidades brasileiras estão envolvidas com os APL's, exercendo atividades das mais variadas, quer como sede do pólo, quer como participante do arranjo.

Nota-se que não são atividades somente voltadas para a produção de bens que não envolvem alta tecnologia. Vários APL's estão voltados para a construção civil, para a área eletro mecânica, para produção de gemas e jóias, para produção metal mecânica, para produção na área de biotecnologia, entre outros.

Apesar de haver uma maior concentração nos APL's ligados de certa forma à agroindústria, como fruticultura, com 108 arranjos em 9 estados brasileiros, e extração vegetal, com 24 arranjos, em 5 estados brasileiros, percebe-se que outros tipos de indústria também estão se constituindo em APL's, como a indústria couro/calçadista, a indústria de madeiras e móveis, que está em praticamente todo o território brasileiro, com 50 APL's, e a indústria metal mecânica que também está presente em um número considerável de estados, com 33 arranjos.

Os setores que atingem as profissões mais simples, como ovino/caprinocultura, que está em 12 estados brasileiros, com 76 arranjos, e de cachaça, que está presente em 9 estados, também chamam a atenção, pela importância da assistência a esses setores.

Existem outros setores que se destacam, como o de turismo e de confecções, que é o objeto principal de estudo deste trabalho.

O quadro 16 detalha este aspecto, mostrando as atividades hoje inseridas em APL's, em todo o território nacional, e os estados onde estão presentes. São, ao todo, 55 atividades, das mais variadas, tanto da área industrial, como agrícola e de serviços.

A região Nordeste é que está contemplada com o maior número de APL's em todo o Brasil, contando com, praticamente, 45% de todos os arranjos, ou seja, 428, de um total de 957.

Os APL's voltados para a área têxtil estão presentes em, praticamente, todo o território nacional, ou seja, em 21 estados brasileiros, mostrando que esta atividade está presente na vida de uma grande porcentagem de brasileiros, muitos deles pequenos empresários. No total são 69 arranjos voltados para esta atividade.

Com a criação do GTP APL, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em 2004, 33 instituições públicas e privadas passaram a dirigir esforços conjuntos no sentido de dar apoio aos APL's brasileiros.

Todos os arranjos produtivos, oficialmente reconhecidos como tal, têm o apoio de pelo menos uma instituição ligada ao GTP APL, recebendo auxílio técnico e financiamento para atividades voltadas ao desenvolvimento dos atores que se encontram nos arranjos, tal como cursos, treinamentos, assessoramento em planejamento administrativo, entre outros.

Por outro lado, o governo, apoiado pelos participantes do GTP APL, desenvolveu o projeto APEX – Brasil, voltado para o apoio à exportação das pequenas empresas brasileiras, principalmente.

Nota-se, então que há uma preocupação e um envolvimento direto das entidades públicas e privadas no desenvolvimento dos APL's brasileiros.

Com relação àqueles voltados para a área têxtil foi desenvolvido o projeto PEIEx, que está levando o nome do Brasil para o exterior, com feiras de moda em vários países, e convite a compradores internacionais para visitarem nosso país.

O objetivo é fazer com que a participação brasileira na exportação mundial de tecidos e confecções passe de 0,5% para 1,0%, em relação ao total exportado pelos países exportadores deste tipo de material.

6.2 Sugestões para Estudos Futuros

Para estudos futuros, são sugeridos alguns pontos considerados importantes, relacionados aos APL's brasileiros, quais sejam:

- a) origem cultural dos atores locais, participantes dos APL's;
- b) histórico sobre as razões para a constituição dos APL's;
- c) resultados anteriores e posteriores à participação dos órgãos públicos e privados no desenvolvimento dos APL's;
- d) resultados para os diversos atores locais, no sentido do capital social adquirido dentro desses arranjos.

REFERÊNCIAS

ABIT. A Cadeia Têxtil e de Confecção: Panorama Atual. Recife, 2007.

AMATO NETO, João; GARCIA, Renato; MOTTA, Flávia Gutierrez. Uma Análise das Características da Estrutura de Governança em Sistemas Locais de Produção e suas Relações com a Cadeia Global. *Gestão & Produção*, São Paulo: v.11, n. 3, p. 343-354, setembro 2004.

BAIRD, Lloyd et al. *Management, Functions and Responsibilities*. New York : Harper & Row, 1990.

AYDALOT, Philippe. GREMI I. Neuchâtel: Institut de Recherches Économiques et Regionales, 1986.

BECATINI, Giacomo; PYKE, Frank; SENGENBERGER, Werner. *Industrial Districts and Inter-Firm Co-Operation in Italy*. Geneva: International Institute for Labour Studies, International Labour Organisation, 1990.

BIANCHI, G. Galileo Used to Live Here. *R&D Management*, S. Miniato (Pisa), v. 26, p. 11-36, 1996.

BOSCHMA, Ron A. *Social Capital and Regional Development: an empirical analysis of the Third Italy*. Utrecht: University of Utrecht, 1999.

BOYD, Harper; WESTFALL, Ralph. *Pesquisa Mercadológica*. 3ª ed. São Paulo: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1978.

BRITO, Jorge. *Características Estruturais dos Clusters Industriais na Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2000.

BRUSCO, Sebastiano. *The Idea of the Industrial Districts: Its Genesis*. Geneva, International Institute for Labour Studies, International Labour Organisation, 1990.

CNI. Agrupamentos de Pequenas e Médias Empresas: Uma Estratégia de Industrialização Local. Brasília, 1998.

CAPECCHI, Vittorio. A History of Flexible Specialisation and Industrial Districts in Emilia-Romagna. Geneva: Switzerland, International Institute for Labour Studies, International Labour Organisation, 1990.

COSENTINO, Francesco; PYKE, Frank; SENGENBERGER, Werner. Local and Regional Response to Global Pressure: the case of Italy and its industrial districts. Geneva: International Institute for Labour Studies, International Labour Organisation, 1990.

CREVOISIER, Olivier. Économie Régionale, Économie Territoriale: la dynamique des milieux innovateurs. Lyon: IRER, Université de Neuchâtel, 2005.

CRISCUOLO, Alberto. Crafting Capitalism: business associations and small enterprise development in the 'third' Italy.

FARAH, Osvaldo Elias. Sobrevivência Organizacional das Micro, Pequenas e Médias Indústrias na região de São Carlos e Araraquara: uma aplicação das teorias do nicho. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.

GALEANO, R. Estratégias das Empresas do Arranjo Produtivo Local de Bonés de Apucarana. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, 2005.

GTP APL. Manual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, 2006.

HINDLE, Tim. Tudo Sobre Administração: guia prático de A a Z. São Paulo: Editora Abril, 2000.

ILO. Industrial Districts and Inter-Firm Co-Operation in Italy. Geneva: International Institute for Labour Studies, International Labour Organisation, 1990.

ILO. Industrial Districts and Inter-Firm Co-Operation in Italy. Geneva: International Institute for Labour Studies, International Labour Organisation, 1991.

ILO. Industrial Districts and Inter-Firm Co-Operation in Italy. Geneva: International Institute for Labour Studies, International Labour Organisation, 1992.

JENKINS, Rhys. Industrialization and the Global Economy. Oxford : Oxford University Press, 1992.

LAROCHE, Gabriel. Petites et Moyennes Entreprises au Québec: organisation économique, croissance de l'emploi et qualité du travail. Organisation Internationale du Travail, Genève: 1989.

LEMOS, Cristina. Micro, Pequenas e Médias Empresas no Brasil: novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2003.

LOVEMAN, Gary W; PIORE, Michael J; SENGENBERGER, Werner. The Re-Emergence of Small Enterprises: Industrial Restructuring in Industrialised Countries. Geneva: International Institute for Labour Studies, International Labour Organisation, 1990.

MACHADO, S. Dinâmica dos Arranjos Produtivos Locais: um estudo de caso em Santa Gertrudes, a nova capital da cerâmica brasileira. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2003.

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de Marketing, uma orientação aplicada. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.

MARSHALL, Alfred. Princípios de Economia. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de Marketing. São Paulo: Atlas, 1993.

MDIC. Projeto Expansão Industrial Exportadora. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, 2007.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

NORONHA, Eduardo G; TURCHI, Lenita. Política Industrial e Ambiente Institucional na Análise de Arranjos Produtivos Locais. Brasília: IPEA, março de 2005.

PORTER, Michael E. The Competitive Advantage of Nations. London, Great Britain: The Macmillan Press Ltd, 1990.

PIORE, Michael J. Work, Labour and Action: Work Experience in a System of Flexible Production. Geneva: International Institute for Labour Studies, International Labour Organisation, 1990.

PYKE, Frank; SENGENBERGER, Werner. Industrial Districts and Local Economic Regeneration. Geneva: International Institute for Labour Studies, International Labour Organisation, 1990.

PYKE, Frank; BECATINI, G.; SENGENBERGER, Werner. Industrial Districts and Inter-Firm Co-Operation in Italy. Geneva: International Institute for Labour Studies, International Labour Organisation, 1992.

REDESIST. Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – GASPIIL. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Rio de Janeiro, 2005.

SABEL, Charles F. Studied Trust: Building New Forms of Co-Operation in a Volatile Economy. Geneva: International Institute for Labour Studies, International Labour Organisation, 1992.

SANTOS, Fabiana et al. Arranjos e Sistemas Produtivos Locais em “Espaços Industriais” Periféricos: estudo comparativo de dois casos brasileiros. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002.

SAVONA, Maria; SCHIATARELLA, Roberto. International Relocation of Production and the Growth of Services: the case of “Made in Italy” industries. Brighton, Transnational Corporations, v. 13, n. 2, p. 57-76, August 2004.

SCHMITZ, Hubert. Flexible Specialisation in Third World Industry: prospects and research

requirements. Geneva, International Institute for Labour Studies, International Labour Organisation, 1990.

SEBRAE. Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais. Brasília: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. SEBRAE, 2003.

SEBRAE. Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais. Brasília: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. SEBRAE, 2005.

SENAI. O Complexo Têxtil Brasileiro: evolução recente e mudança tecnológica. Brasília. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. SENAI, 2004.

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

UNICAMP. Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio. Cadeia: Têxtil e Confecções. Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP. Campinas, 2002.

VASCONCELOS, Flávio C.; GOLDSZMIDT, Rafael G. B.; FERREIRA, Fernando C.M.. Arranjos Produtivos. GV executivo, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 17-21, Ago-Out. 2005.

VYGOTSKY, Lev Semyonovitch. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1989.